

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária nº 7
de 30 - 12 - 2022

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Manuel Cândido Afonso a)	P	Amado Dias	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
João Francisco D. Gonçalves b)	P	Alfredo Domingues	P
José Manuel Alves da Costa d)	P	Amadeu Esteves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P		
Manuel António Almeida	P		
Maria das Dores Vaz Fernandes c)	P		
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Maria José Rodrigues Dias
- b) Substitui Vítor Sílvio Cardadeiro
- c) Substitui Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima
- d) Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues

Quando eram dezoito horas, do dia trinta de dezembro de dois mil e vinte e dois, deu-se início à sessão.

A primeira secretária da mesa procedeu à chamada verificando a existência de quórum.

Assunto n.º1	Período de "Antes da Ordem do Dia"
--------------	------------------------------------

A Senhora Presidente da mesa colocou a votação a ata da última reunião. Foi aprovada por maioria, com cinco abstenções dos deputados que não se encontraram presentes nessa reunião.

De seguida, abriu as inscrições para este ponto da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados: Augusto Pinto, Aurora Soares, Tiago Baleixo, José Albano Domingues, Victor Rodrigues e António Domingues.

Iniciou a sua intervenção o deputado Augusto Pinto, cumprimentando a mesa e restante Assembleia, referindo que aquando da inauguração da casa mortuária de S. Gregório, o Presidente da Junta, David Barbeitos, no decorrer do seu discurso, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para não se esquecer das casas de fronteira. O senhor deputado mostrou preocupação em saber se o projeto NUTRIR está de facto a ser cumprido, pois na documentação que foi enviada não foi referido, e, se de facto, vai acontecer nas casas de fronteira, pedindo esclarecimentos ao Senhor presidente da Câmara. De seguida, a Presidente da mesa deu a palavra à deputada Aurora Soares. Depois de cumprimentar a Assembleia, a Deputada Aurora Soares interveio para falar de assuntos, que, embora considerasse que já haviam sido transmitidos nas Assembleias de Freguesia, e não duvidando que o Presidente da Junta os tenha feito chegar à Câmara, ainda, não se encontravam resolvidos. Um dos assuntos foi a drenagem das águas pluviais na rua da Fonte, nas Carvalhiças. Refere a deputada que desde o início do mandato, que os deputados do PSD à Assembleia de Freguesia têm reclamado a necessidade de resolução do problema relacionado com o entupimento dos tubos de escoamento das águas nessa rua. É uma rua com grande inclinação e a água das chuvas, devido ao entupimento dos tubos, entra para os logradouros e entradas de duas habitações ali existentes. Com as fortes chuvas deste ano tem sido muito difícil para as pessoas conseguirem

defender a entrada da água para o rés -do-chão de suas casas, chegando a entrar nas suas propriedades um grande rego de água, cada vez que chove torrencialmente. Assim, a deputada gostaria de saber para quando estará prevista a solução deste problema. No segundo ponto, a senhora Deputada questionou se para o ano de dois mil e vinte e três, está prevista alguma intervenção nas estradas Municipais. Há algumas estradas que precisam de intervenção urgente, já para não falar na Estrada Nacional, no cruzamento da Loja Nova, que está cheia de buracos. No terceiro e último ponto, a deputada alertou para a necessidade da construção de um abrigo ou aplicação de uma cobertura no portão de entrada do Centro Escolar da Vila, portão de acesso das crianças do infantário e 1º ciclo, já que o funcionário que desempenha as funções de porteiro, tem constantemente de estar de guarda-chuva a abrir o portão, ficando todo encharcado nos dias de chuva, embora, entenda que, provavelmente, este assunto será da responsabilidade do Ministério da Educação. Terminada a intervenção, foi dada a palavra ao deputado Tiago Baleixo. Após cumprimentar a mesa, no nome da sua Presidente e restante Assembleia, congratulou o Município e os produtores presentes, pelo sucesso de mais uma edição da Festa do Espumante. Um certame, cuja primeira edição remonta a dois mil e quinze, e que contribui ativamente para a afirmação da identidade de Monção e Melgaço como território vínico de excelência. As evidências falam por si, referiu o Senhor Deputado pois tivemos cerca de dez mil visitantes, tendo a maior afluência de sempre; os alojamentos turísticos lotaram, assim como a restauração; a qualidade dos produtos que tem vindo a ser reconhecida internacionalmente. Foi, segundo alguns produtores, a edição com maior volume de vendas, um evento com uma organização pautada pelo rigor, diversidade, segurança e animação; showcooking, provas comentadas e música ao vivo. O layout apresentado permitiu maior interação entre os visitantes, melhor movimentação entre os vários expositores, e permitiu, ainda, dar a conhecer a gastronomia e produtos de Melgaço. Esta oitava edição foi um sucesso e deve-se ao trabalho dos produtores locais bem como, ao trabalho da Câmara Municipal na sua organização, promoção e divulgação, saindo a economia local mais fortalecida. A Senhora Presidente da mesa deu a palavra ao senhor deputado José Albano Esteves Domingues, que, no uso dela, principiou por apresentar cumprimentos à Mesa da Assembleia, ao Executivo, às senhoras e senhores vereadores e deputados e aos técnicos do Município

presentes. Iniciou a sua intervenção manifestando o protesto da sua bancada quanto à data escolhida para a realização da Assembleia, mais a mais tendo presente a vastidão dos assuntos e dos documentos trazidos à discussão e aprovação, e dando nota de haver membros da Assembleia que tiveram de adiar ou de dar sem efeito deslocações de final de ano e compromissos de ordem pessoal para poderem estar presentes. Referiu que, não obstante ter conhecimento de que a escolha se prendeu com a questão do Plano Diretor Municipal, aprovado na anterior reunião da Câmara, após o decurso do período de discussão pública, bastaria ter adiantado o processo dois ou três dias para que também a Assembleia pudesse ter-se realizado dias antes. Deu uma nota de reconhecimento à Mesa por ter sido recetiva ao pedido do envio, mais cedo, de parte da documentação dos assuntos da ordem de trabalhos, e solicitou a publicitação, no portal do Município, de todas as atas da Assembleia Municipal já aprovadas, por lhe ter sido reportado que haveria duas em falta. Numa segunda nota o senhor deputado disse pretender fazer uma chamada de atenção para os vários buracos que subsistem abertos no troço da via municipal que vai desde o entroncamento da Loja Nova até ao entroncamento com a Rua Dr. António Durães, falando dos constrangimentos à circulação, que já anteriormente haviam ocorrido com as intervenções levadas a cabo para a instalação da rede de gás e a reabilitação da de abastecimento de água ao domicílio, com posterior reposição do pavimento betuminoso, mas ao que se seguiram novos cortes e a reabertura de buracos, que, apesar da colocação de saibro, se mantêm desde há semanas abertos, conduzindo a que, por ação do trânsito automóvel e da contínua queda das chuvas, haja poços e sulcos na via, provocando desgaste e danos nas viaturas, com os consequentes prejuízos e custos na carteira de quem por ali transita. Numa terceira nota pediu ao Executivo que interpele a Tutela, e designadamente a "Estradas de Portugal", no sentido da necessidade de se proceder à repintura das linhas na Variante Nova às Estradas Nacionais 202 e 301, desde Valença até Melgaço, por, particularmente para quem circula de noite, ou aquando de chuvas intensas, como as que tem caído nos últimos meses, se encontrarem tais linhas, a espaços, praticamente invisíveis.

O deputado José Albano Domingues terminou a sua intervenção desejando que a Assembleia corresse bem, com as naturalmente diferentes teses e perspetivas na discussão dos assuntos, mas com respeito e elevação, em ordem a evitar

sucessivas interpelações e respostas e o retardar dos trabalhos, e, em particular, atento o momento, para desejar a todos, sem exceção, um Bom Ano de 2023, pleno de sucessos e de realizações, mas, fundamentalmente, com muita saúde.

A Senhora Presidente agradeceu o reparo que o senhor Deputado fez, relativamente às atas em atraso, e comprometeu-se a resolver o assunto quanto antes. Relativamente à calendarização da reunião, referiu que tinha a ver com os prazos do PDM, pelo que, apesar do constrangimento da data, tinha que ser nesse dia.

Em seguida, usou da palavra, o Deputado Vítor Rodrigues. Cumprimentou a mesa e restantes membros presentes na Assembleia. A sua intervenção referiu-se à temática da Educação. Numa primeira nota, fez uma observação sobre uma notícia que falava sobre as taxas de abandono e sucesso no Agrupamento de Escolas de Melgaço, em 2020/2021, no ensino básico, ou seja, crianças do 1.º ao 9.º ano. O deputado considerou estes dados muito interessantes, porque foi um período conturbado, consequência do confinamento e da pandemia, e a escola conseguiu dar resposta às necessidades dos alunos e das famílias. Esta taxa de sucesso deveu-se também, ao trabalho dos alunos. Salientou que não se pode tirar da equação o trabalho desenvolvido pelos professores, assistentes operacionais, pais, e pela direção da escola, que foi incansável na busca de respostas para as necessidades dos alunos, assim como o executivo da Câmara Municipal, sempre disponível para dotar de equipamentos para uma resposta imediata às necessidades que foram surgindo cada dia. O deputado deu essa nota de ressalva e apreço pelo que a escola conseguiu. A escola por vezes é vista como algo que não funciona muito bem sendo vítima de críticas, muitas vezes injustas, e as pessoas não se apercebem que essa escola tem fornecido à sociedade portuguesa e outras por esse mundo fora, excelentes técnicos, profissionais, em diferentes áreas: medicina, arquitetura, engenharias, advocacia. Esta escola tem, todos os anos, dado ao ensino superior, gente capaz de ter sucesso, e de, no dia a dia, apesar de ser uma escola pequenina, com poucos alunos, ter excelentes resultados. Na segunda nota, o senhor deputado, continuou a abordar a educação, desta vez, àquilo que diz respeito ao Centro Escolar de Pomares. Há cerca de vinte e dois anos, o Centro Escolar abriu portas, e foi inovador. Respondeu à necessidade de toda a população de Melgaço, quer da Ribeira, quer da Montanha. Inovador também, porque serviu de



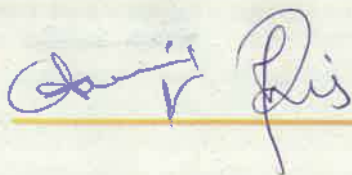
exemplo a outras regiões do país, que replicaram este modelo. Para esta resposta específica de escolas pequenas com poucos alunos, onde por vezes a interação entre alunos/professores era quase inexistente, o Centro Escolar acabou por mudar essa perspectiva. No presente, e depois da intervenção que a Câmara decidiu fazer nesta escola, pode-se olhar para ela como uma escola de futuro. Tem valências e equipamentos de vanguarda onde a ação pedagógica terá um enorme impacto. É uma escola com futuro, porque onde há crianças deve existir uma resposta educativa. Educação não é um gasto, é um investimento. As crianças de montanha, mesmo sendo poucas têm que ter um serviço de proximidade. O deputado terminou a sua intervenção, desejando a todos um ano cheio de realizações e muita saúde.

A Presidente da mesa deu a palavra ao deputado António Domingues. Após cumprimentar a mesa e restante Assembleia, o senhor deputado iniciou a sua intervenção. Após ouvir vários boatos, inclusive nas mesas de café, sobre a construção, ou não, da superfície comercial Coca, o senhor deputado pediu ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre este assunto. A respeito da intervenção da deputada Aurora, o senhor deputado António Domingues considerou que, tendo a senhora deputada falando das festas do município, em reuniões anteriores, deveria também ter falado do sucesso da Festa do Espumante. Terminou, desejando a todos um bom ano, com muita saúde e felicidade.

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, a presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas. O Presidente da Autarquia iniciou a sua intervenção cumprimentando a mesa e os deputados presentes e desejando que o Natal tenha sido um momento de confraternização, paz, alegria e de festa em família. Em resposta ao senhor deputado Augusto Pinto, o senhor Presidente referiu que sobre a questão do NUTRIR versus casas de fronteiras, também já fez uma interpelação do género em reunião de câmara sobre o assunto, onde disse que estava convicto de que as casas de fronteira terão o projeto de renovação a breve trecho. Disse também que ficou muito agradado que, o NUTRIR, seja agora tema de conversa, de preocupação até na Assembleia Municipal. Depois de tantas reuniões sucessivas, depois de anos a fio ter andado com o projeto às costas, com reuniões para que fosse um projeto implementado a partir de Melgaço, constata-se que é um projeto que dá frutos para o território do Alto Minho, e praticamente todos os municípios já

encomendaram projetos ao NUTRIR o que é um orgulho enorme, também para o Instituto Politécnico de Viana do Castelo pois pode trabalhar a sério com os territórios. O Nutrir terá forma de crescer sustentável, nos próximos anos. Tem três pessoas a trabalhar a tempo inteiro e esperam, nos próximos anos, uma maior dimensão do que agora tem, com implementação em Melgaço. Relativamente às questões da deputada Aurora Soares, o senhor presidente disse que a questão das águas estava a ser acompanhada pelo presidente da junta de freguesia, para ser resolvido e, se no momento certo for necessária a intervenção da câmara municipal, esta será feita. Sobre as estradas municipais, o senhor presidente referiu que foi realizada uma intervenção forte, na manutenção da rede viária, nos últimos dois mandatos e que estão à vista de todos. É para continuar, no próximo ano, fazendo, no entanto, alguma desaceleração nessa intervenção, por questões orçamentais. Relativamente aquilo que a deputada referiu de forma específica, que são os problemas na vila, e que se prendem com as obras de requalificação da rede de água, aproveitando também para fazerem a instalação de todas as outras redes de saneamento, fibra ótica, gás natural, e com esta oportunidade, para colocar tudo de uma vez. Esta situação tem tido algum impacto na qualidade de vida dos melgacenses, pois é necessário realizar intervenções pontuais, o que cria algumas dificuldades de deslocação, mas não há condições de fazer uma pavimentação por causa da chuva. É necessário esperar pelo momento certo para fazerem a repavimentação. Sobre a alusão da deputada à falta de um abrigo na entrada do Centro Escolar, o senhor Presidente referiu que percebia a situação, que era preciso fazer qualquer coisa para salvaguardar a entrada dos miúdos e também das pessoas que lá se encontram. Não se encontrou, na altura, solução adequada para o problema, mas o assunto não está fechado e procurarão ver se é possível fazer alguma coisa para minimizar essa dificuldade.

Em resposta ao deputado Tiago Lourenço que fez referência à Festa do Espumante, o Presidente não tem dúvidas de que foi um sucesso. Os produtores conseguiram apresentar bem os seus produtos, com uma enorme qualidade dos espaços e profissionalismo da organização. Conseguiram fazer boas vendas e alargar horizontes e mercado, com público muito interessante de todas as zonas do país, e isso foi um ótimo sinal e faz toda a diferença no consumo e na promoção do território e da região.



Sobre a intervenção do deputado José Albano Domingues, o senhor Presidente disse que quanto à data da Assembleia, e já havia falado com a Senhora Presidente da Assembleia sobre o assunto, para conseguirem trazer um documento estruturante do ponto de vista de gestão do território, o PDM, na sua segunda revisão, à reunião de dezembro, não poderiam fazer a mesma antes desta data. Melgaço é o segundo município do distrito a fazer esta revisão e o quinto do país, num processo que começou há três anos. As Estradas de Portugal (EP) tem um compromisso com a autarquia, no próximo ano, que é a construção da rotunda de Prado. A autarquia fez o projeto, foi sendo avaliado e validado e, no próximo ano, a EP começará essa construção da rotunda de Prado.

Em resposta ao deputado Vítor Rodrigues, que falou da questão da taxa de abandono e do orgulho para a escola, para o município, e toda a comunidade escolar, o Presidente referiu que o facto de ter sido notícia nos coloca, junto com mais três ou quatro municípios, com esta taxa de abandono zero no ensino básico. O município não tem outro objetivo que não seja colaborar permanentemente com a escola, com aquilo que é necessário para que tenha todas as condições de trabalho. E uma das coisas foi precisamente recapacitar o Centro Escolar de Pomares. Depois de vinte e dois anos, foi requalificado integralmente, aproveitando o que o 2020 previa. Também já tinha sido feito um investimento de 1,4 milhões de euros na escola da Vila nesse quadro e 400 mil euros na requalificação do Centro Escolar de Pomares. Acrescentou ainda, que foi aprovado em reunião de câmara, um apoio a um investimento que vai ser candidatado a PRR por parte da Santa Casa da Misericórdia para duplicar a capacidade de creche. Atualmente tem quarenta e um lugares, e a lista de espera que têm conhecimento é precisamente nessa quantidade. É bom sinal, quando há poucos anos a esta parte se dizia que era para quase fechar as creches que haviam no município.

O Presidente continuou referindo que o deputado António Domingues falou na sua forma caricata e bem-humorada de apresentar as questões, da situação do Coca, como espaço comercial que se quer instalar em Melgaço. A empresa comprou terreno e fez projeto em Melgaço, e está aprovado, quer na arquitetura quer nas especialidades pelo Município, e tem todas as condições para ser colocado em cima do terreno. Foi acompanhado pela Câmara nas dificuldades de articulação com as Estradas de Portugal, nomeadamente a rotunda de Prado, que vai permitir à

superfície que lá se coloca, uma outra forma de segurança e eficácia para a entrada e saída desse espaço comercial. Acredita que os proprietários do Coca em Monção, mantêm todo o interesse em fazer a construção do Coca em Melgaço. Disse também que há outras pretensões nessa área para se instalarem em Melgaço, e congratula-se por aumentar a vontade de investir nessa área, por esta, e outra superfície deste género brevemente no concelho.

Já após o uso da palavra por parte de outros deputados, e também do senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra o deputado José Albano Domingues para, na qualidade de líder da bancada do PSD, aludir à intervenção do deputado António Domingues e às considerações por este feitas em relação à intervenção da senhora deputada Aurora Soares. A este respeito afirmou não conceber como se pode ir para a Assembleia fazer juízos críticos sobre os temas escolhidos por outros deputados para intervir, realçando que as intervenções por parte da deputada Aurora Soares, umas vezes elogiando e outras criticando, em assuntos como os resíduos sólidos, o saneamento básico, as redes elétricas, as festividades, ou um simples abrigo no acesso ao Centro Escolar da Vila, têm sido tão pertinentes que até o senhor Presidente da Câmara o vem reconhecendo, e que é em função delas que também se tem, paulatinamente, resolvido alguns dos problemas. Acrescentou acreditar que a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal já tenha distribuído o reformulado Regimento da Assembleia a todos os deputados, sendo importante que cada um o leia para ter a clara noção daquilo que a cada um é ou não permitido nas sessões da Assembleia Municipal. Terminada a intervenção, a senhora Presidente da Assembleia confirmou o envio do regimento a todos os deputados. Referiu que a mesa não se manifestou aquando da intervenção do deputado António Domingues, por não considerar ter entendido haver qualquer ofensa à honra. Ainda assim, concorda com o deputado José Albano Domingues em que todos os deputados são livres de fazer as intervenções que considere pertinentes, desde que sejam feitas com o devido respeito que o órgão exige.

Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
---------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para acrescentar alguma informação a este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Câmara apenas quis acrescentar alguns apontamentos para sublinhar alguma informação. Relativamente às festas, o senhor Presidente referiu que a noite dos Medos continua num processo muito interessante e há condições para continuar este evento numa maior dimensão. É um desafio para a equipa da Cultura, e há previsão de que no próximo ano consigam um salto qualitativo na planificação desse evento que está a crescer imenso. Deu também nota de um momento que teve a presença da Senhora Ministra Ana Abrunhosa e do Senhor Presidente da CCDRN, que foi o lançamento do concurso da área empresarial Nova Geração, terminando no dia 31 de dezembro o prazo de entrega de propostas. Fez também referência ao facto de terem conseguido a declaração das Artes da Pesca ligadas às Pesqueiras, como Património Imaterial Nacional. Este processo arrancou em Melgaço e depois contou com o trabalho por parte do ACT do Rio Minho.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Assunto n.º3	Análise e deliberação da minuta do Contrato Programa com o Sport Clube Melgacense
---------------------	--

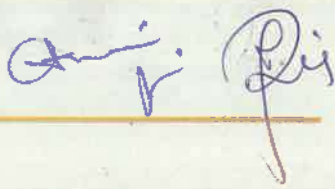
A Senhora Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto à Assembleia. O senhor Presidente apresentou o documento salientando que o contrato programa tem, este ano, o valor de quarenta e cinco mil euros.

Terminada a intervenção do senhor Presidente, pediram a palavra os deputados Manuel Rodrigues e José Albano Domingues. O deputado Manuel Rodrigues iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia. Em seguida, referiu que, sendo o Melgacense uma das coletividades mais antigas do concelho na promoção do desporto, e tendo ao serviço 141 atletas, questiona o

senhor Presidente sobre quais foram os critérios em que se basearam para atribuir esses valores e, porque é que este ano houve uma redução de dez mil euros em relação ao ano anterior.

De seguida, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado José Albano Domingues. Na sua intervenção, o deputado realçou concordar, inteiramente, com a atribuição de apoios de ordem financeira às associações locais, enquanto núcleos de atividade e de participação, de fomento da prática desportiva, e de realizações aos níveis recreativo e cultural, não obstante entender que a tais atribuições deverá subjazer, sempre, um critério determinado. Afirmou que o Sport Clube Melgacense é uma das agremiações mais antigas do concelho e um polo aglutinador e dinamizador da prática desportiva local, desde os escalões da formação até às equipas seniores, congregando, de acordo com a informação distribuída, 141 atletas, sendo considerado um clube eclético. Disse que os deputados da sua bancada gostariam que o nível dos apoios monetários ao Clube, se não pudesse ser reforçado, não fosse, ao menos, reduzido, e tal por terem conhecimento de que no ano em curso lhe haviam sido atribuídos 55.000,00 €uros de apoios, prevendo-se a atribuição, para 2023, de 10.000,00 €uros a menos. Para terminar a sua intervenção, e por ter dito não contar intervir no ponto seguinte, referente ao contrato programa com a Associação "A Batela", o senhor deputado referenciou um lapso no texto da cláusula terceira de tal contrato, onde se fala da quantia pecuniária de 45.000,00 €uros, quando, de acordo com a informação interna, a proposta de apoio financeiro é, para aquela Associação, do montante de 25.000,00 €uros.

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. No uso da palavra e relativamente ao Melgacense, começou por dar os parabéns à sua direção pelo trabalho que tem feito, este ano premiado com uma equipa sénior a fazer uma excelente temporada. Passaram para a segunda fase em primeiro lugar. É esse trabalho sustentado que faz sentido acontecer, porque quando se procura dar o salto maior do que a perna, as coisas não correm bem. O Melgacense, num dado momento esteve em grandes dificuldades e conseguiu ultrapassá-las, dando os parabéns à direção por esse trabalho. Sabe, pelo próprio clube, que no próximo ano, aquilo que era uma dificuldade grande, a parte financeira, fica integralmente resolvida. E por isso,



relativamente ao orçamento, foi difícil pois exigiu muitos cortes em muitas áreas. Obrigou-nos a fazer o corte necessário, possível, em áreas como essa. Depois de conversarem com o clube, fizeram essa redução. E isto aconteceu também porque o clube com a gestão que fez e pelo facto de ultrapassar essas dificuldades financeiras, tem condições para trabalhar com um apoio aligeirado da parte do município, com a condição de, se em determinada altura do ano, fosse necessário algum apoio, estão disponíveis para avaliar e poder ajudar, pois tem sido essa a função da autarquia.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com abstenção do deputado Manuel Rodrigues, por possível conflito de interesses.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º4	Análise e deliberação da Minuta do Contrato Programa com a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva "A Batela" – Secção Desportiva – Modalidade de Futsal
---------------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto, antes de dar início à sua discussão. O senhor Presidente apenas interveio fazer um esclarecimento. O valor do contrato programa para a Batela que propõem é de 25.000 euros. O que está errado não é a informação, mas sim aquilo que está colocado na minuta do contrato.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º5	Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2023
------------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Município, para acrescentar o que entendesse, relativamente a este assunto deste ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente referiu que este documento integra todo um conjunto de iniciativas e de apoios à população e às empresas, no entanto, o que se está a tentar fazer é criar regulamentos para estruturar estes apoios. Já foi feito, e aprovado em Assembleia, o Regulamento dos benefícios sociais, em setembro. Trazem a esta reunião o Regulamento dos benefícios fiscais, para ser discutido e aprovado, e trarão o Regulamento dos Apoios à habitação, para que, o conjunto de apoios que estão referidos no PDSS, tenham a sua regulamentação própria. Registrar também que no Regulamento dos benefícios fiscais está apontado como medida nova, medida de apoio financeiro aos produtores pecuários. Um trabalho a ser feito há uns tempos, com a colaboração estreita entre os serviços de veterinária municipais e o NUTRIR, para que após várias conversas com os produtores pecuários, chegassem a esse resultado e a esse apoio financeiro que apresentam na Assembleia. A exploração de bovinos terá 50€ de apoio por cabeça, nascida e registada. A exploração de engorda de bovino, ou seja, aquelas explorações onde acontece a aquisição de animais para engorda, farão o pagamento de 7% por cabeça, dos custos de controlo de sanidade animal. Também para os pequenos ruminantes fazem esse pagamento de 100% do controlo de sanidade e identificação agrícola. Além disso temos a isenção de IMI para os prédios diretamente afetos a essa atividade. Era uma pretensão dos produtores e será feito a partir de agora.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara pedem a palavra os senhores Deputados: Aurora Soares, Manuel Luís Gonçalves e José Albano Domingues.

A deputada Aurora Soares referiu que no PDSS que foi apresentado, tem a pretensão de ser um documento estrutural e transversal de apoio às políticas de fixação da população, rejuvenescimento e solidariedade social prosseguidas pela autarquia com apoios à população do concelho nas mais diversas áreas.

Ora, pese embora considerarem que a existência de um PDSS seja uma medida positiva para o concelho, a proposta que foi apresentada, peca por defeito, não se vislumbrando um aumento dos apoios concedidos nos anos anteriores, apesar do aumento significativo da inflação e conseqüente aumento do custo de vida, habitação, taxas de juro dos créditos e das maiores dificuldades económicas das famílias. Neste momento, referiu a deputada, seria necessário um PDSS com medidas inovadoras, mais funcionais e abrangentes, de forma a colmatarem o agravamento dos problemas económicos da população. Congratulam-se, no entanto, com a introdução dos novos apoios, respeitantes ao setor primário, já há muito reclamados pelos vereadores do PSD, constantes do ponto 3.3 do documento, designadamente, o apoio financeiro aos produtores pecuários, isenção de IMI para prédios afetos à atividade e redução das taxas de urbanização e edificação para o setor secundário. Porém, apesar disso, e pela análise dos dados que lhes foram fornecidos, constata-se, principalmente no que respeita à natalidade, habitação, rejuvenescimento da população e fixação de população no concelho, que ou não foi dado o devido conhecimento das medidas de apoio, previstas no PDSS às famílias que reúnem condições para delas poderem usufruir; ou tais apoios, por serem insuficientes, não estão a surtir o efeito pretendido. Senão reparam: o incentivo à natalidade tem diminuído, consideravelmente desde 2008 (31.500,00 €) até 2022 (15.000,00€); os apoios ao arrendamento/ crédito habitação, são muito reduzidos, não tendo sido concedido nenhum apoio em 2022; incentivos à formação também diminuíram em 2022; o apoio a casais jovens é praticamente inexistente, não tendo sido concedido nenhum no ano de 2022. A deputada colocou assim a seguinte questão: Será que é porque os Melgacenses vivem bem e não precisam? Por outro lado, verifica-se que as receitas obtidas, pelo Município, por via dos impostos, IMI e IRS, tem aumentado consideravelmente, adquirindo, desta forma, o Município, uma maior capacidade financeira para proceder ao aumento dos apoios concedidos. Além disso, alguns dos apoios concedidos não contemplam os agregados familiares residentes no concelho há menos de 2 anos, período em que, quem decide fixar-se aqui, mais necessitado estará. Pelo que, pergunta: é com este tipo de medidas que se pretende o aumento da natalidade, o rejuvenescimento da população, incentivar os jovens à aquisição de habitação própria, a fixação de pessoas e incrementar o investimento no concelho? Entendem que deverá fazer-se uma análise

pormenorizada do documento em questão, bem como uma análise mais criteriosa das pessoas necessitadas destes apoios (com o apoio das juntas de freguesia), porque, há gente que efetivamente precisa e, por desconhecimento ou vergonha, não pede e outros que pedem e não precisam, porque existem emigrantes, com morada no concelho, que, por não apresentarem rendimentos cá, possuem a tarifa social e estão a receber os apoios do governo, destinados a quem possui a tarifa social, quando a maioria tem menos rendimentos e não recebem. Pelo exposto, o nosso sentido de voto, relativamente à proposta de PDSS, que lhes foi apresentada, será a abstenção.

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado José Albano Domingues. Com relação ao assunto em discussão o deputado José Albano Domingues começou por dizer que fazia suas as palavras proferidas pela deputada Aurora Soares na sua intervenção a este respeito, afirmando que o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2023 reproduz praticamente o aprovado para 2022, com a única exceção dos apoios financeiros aos produtores pecuários. Considerou importante fazer uma reflexão acerca da suficiência e adequação das medidas nele preconizadas, tendo presentes os números dos vários apoios, em decrescendo desde o ano de 2008 até ao de 2022. Defendeu que contemplando medidas de política social, fiscal e económica, o PDSS deveria ser mais pragmático, impactante e inovador, com reflexos claros e efetivos na vida e na carteira dos Melgacenses, o que referiu até hoje não ver acontecer, adiantando alguns números, atinentes a diferentes apoios, como exemplos do que acabava de dizer. Acrescentou não conceber como em todo o ano de 2022, e numa conjuntura difícil para as pessoas e as famílias, com o aumento generalizado do custo de vida, da inflação e das taxas de juro, se pode ter gasto com apoios às famílias e aos mais carenciados um total de tão-somente 72.325,83 Euros, sensivelmente o mesmo que se gasta, anualmente, com o MDoc ou Festival do Cinema. Prosseguiu dizendo que, contrariamente ao que consta do PDSS, defendem a fixação da taxa de IMI no mínimo legal, de 0,30%, a devolução aos Melgacenses, no todo ou em parte, da participação de 5% que o Município recebe no IRS dos residentes, e, bem assim, que são contra a majoração de 30% no IMI aplicável aos prédios degradados, pelas razões que mais adiante, num outro assunto que virá à discussão, apontaria. Relembrou, finalmente, que o Minho tem nove "Autarquias Familiarmente



Responsáveis”, entre as quais se contam as de Arcos de Valdevez e de Monção, às quais foram atribuídas as designadas “bandeiras verdes”, pelas políticas efetivas de apoio às famílias, que são noventa e cinco os Municípios no todo nacional (segundo dados de 2021) agraciados com tal distinção, confessando a sua desilusão por não ver Melgaço a constar dessa lista, com verdadeiros e efetivos apoios e uma política integrada de apoios às famílias, designadamente com o alargamento da gratuitidade em alimentos, medicamentos, transportes, desporto e cultura, atribuições de prémios monetários de outra ordem de valores, cabazes, tarifas familiares e participações nas despesas.

Interveio, de seguida, o Deputado Manuel Luís Gonçalves. Cumprimentou a Assembleia e desejou boas entradas, muita paz, harmonia e votos de sucesso pessoal e profissional para todos os presentes. Deixou também, como líder de bancada uma nota prévia, relativamente à questão referida anteriormente, no período de antes da ordem do dia. Cada deputado tem a sua forma própria de expor as questões, e tem que se respeitar esse ponto de vista. Quanto à questão de abordar, ou não, os tipos de temas que são tratados na Assembleia, o debate tem que ser feito com elevação, humildade e o limite, é sempre, obviamente, a ofensa da honra e da consideração por isso é que, em termos regimentais está previsto que o ofendido, com alguma alusão, pode e tem todo o direito de tomar a palavra para exercer esse direito de defesa. Julgamos que não terá sido o caso, se assim fosse, teria certamente que fazer saber que, acima de tudo, o que é importante perceber é que é um debate aberto, e a mesa presente, está a garantir para que isso aconteça.

Relativamente ao assunto em ordem, afirmou que o PDSS foi inicialmente aprovado em 2008, sendo anualmente renovado e ajustado às novas necessidades sociais que vão sendo identificadas pelo Município. Por isso, perfazendo agora 14 anos, é já possível fazer um balanço das medidas implementadas. Começando pelas medidas e incentivo à natalidade e adoção, verificou-se entre 2008 e 2022 genericamente um decréscimo dos apoios concedidos, apesar de entre o ano passado e este ano se verificar um aumento dos apoios. Referiu que importa verificar se essas medidas de apoio são devidamente publicitadas ou se são apenas o resultado da perda progressiva de densidade populacional no interior do país, de que o concelho de Melgaço infelizmente não é exceção. Em sentido inverso, verifica-

se um aumento dos apoios com bens de primeira necessidade e na rede solidária do medicamento, que entre 2019 e 2022 aumentou cerca de 9 vezes. Como medida inovadora no PDSS foi introduzido o apoio financeiro aos produtos pecuários: € 50 por cabeça de bovino; 100% por cabeça do custo com o controlo anual de sanidade; isenção de IMI para prédios afetos à atividade pecuária. Sabem que ao longo dos últimos anos e décadas, a criação de gado bovino foi paulatinamente diminuindo. O número de cabeças de gado que se vê nas aldeias é naturalmente, e por força das circunstâncias, muito menor do que aquele que ainda lhe reserva a sua memória da infância. Por isso, esta medida constitui um incentivo para a criação de gado (bovino e ruminante) e além disso contribui, ainda que indiretamente, para ajudar na limpeza dos campos e baldios e atenuar até os efeitos dos incêndios florestais. Por outro lado, ao nível da participação variável no IRS verifica-se que entre 2012 e 2022 a componente da verba transferida para o orçamento municipal aumentou de 132 para 227 mil euros. Ora, sabendo-se que o número da população não aumentou no concelho, estes dados permitem concluir que no período de 10 anos se assistiu a um considerável aumento dos rendimentos da população local, com um efeito direto no aumento da capacidade económica e no poder de compra da população residente no concelho. Já ao nível do parque habitacional degradado (verificável a partir do indicador da majoração de 30% do IMI) verificamos que o n.º de prédios degradados passa de 54 em 2008 para 354 em 2022. Ora, como têm vindo a defender, a majoração do IMI para estes prédios degradados é, sem dúvida, uma medida ajustada para desincentivar os proprietários a deixarem degradar os imóveis de que são donos. Mas não é suficiente, sobretudo se se tiver em conta (como, aliás, vem expresso na Estratégia Local de Habitação) que o principal problema do concelho em matéria de habitação recai sobretudo na falta de oferta de habitação com rendas acessíveis. É que, neste ponto, convém levar também em linha de conta que aqui, tal como está a acontecer genericamente por todo o país, estão a acontecer, felizmente, movimentos migratórios (sobretudo da comunidade brasileira e da América Latina) que requerem uma resposta em termos de parque habitacional. E se é certo que o Município não pode substituir-se à iniciativa privada na oferta de habitação, é com agrado que verificamos que o PDSS não só mantém, como reforça um conjunto de apoios à habitação: isenção de taxas de edificação para construção e reabilitação de prédios destinados a primeira habitação própria, para jovens ou

casais até aos 40 anos; habitação social (17 habitações sociais arrendadas em regime de renda apoiada); apoio às famílias carenciadas: isenção de taxas de licenciamento, elaboração gratuita do projeto de execução ou o pagamento de materiais e mão-de-obra; apoio ao arrendamento e no crédito à habitação; minoração da taxa de IMI em função do n.º de dependentes e para prédios arrendados (20%); isenção de IMI até 10 anos para prédios reabilitados e arrendados; isenção de IMI até 10 anos e isenção de IMT para a construção e reabilitação de edifícios multifamiliares. Tudo isto em acréscimo aos incentivos previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais ou nos programas nacionais de incentivo à habitação: IFRUU, Reabilitar para Arrendar, Programa de Arrendamento Acessível, 1.º Direito, etc. Poder-se-á questionar se estes apoios são ou não suficientes. Nunca o serão porque pretendiam sempre ter mais apoios. Mas acham que são justos e adequados para a medida do orçamento que se irá discutir na Assembleia. O deputado, deixou ao senhor Presidente, uma nota final, para dizer que começando já a haver sinais claros de que a curto-médio prazo a tendência de despovoamento irá inverter-se no concelho, deixa já o incentivo para que se avance o mais rápido possível com a parceria com o IHRU para implementar um parque público de habitação a custos acessíveis. Mas também que a matéria da habitação seja autonomizada em termos regulamentares, aprovando-se logo que haja condições, o Regulamento de Concessão de Apoios no Domínio da Habitação. Tudo isso justificará o voto favorável da bancada do PS à proposta de PDSS para 2023.

Terminadas as intervenções, a Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para responder às questões. O senhor Presidente respondeu simultaneamente às três intervenções sobre esta matéria. Relativamente à questão dos apoios, para a criação de gado, trabalham esta matéria há mais de dois anos, portanto, não foi pela sinalização feita em reunião de câmara pelos senhores deputados do PSD, no início deste mandato que a medida integra o PDSS. Aliás, os senhores produtores de gado sabem disso, e que podem contar com a autarquia, não só nesta matéria como noutras lutas. Neste momento estão a pedir aos presidentes de Câmara e a nível da CIM, que os apoiem numa outra matéria que é o Programa de Execução da PAC, que aborda a redução de otimização dos baldios, para a criação de animais com marca biológica. Estão a tratar disso, juntamente com o NUTRIR, ao nível da CIM. Não sabem se conseguem, mas pelo menos, vão à luta,

no sentido de que essa alteração, essa restrição não aconteça. Como referiu o Deputado Manuel Luís, houve, ao longo das últimas décadas, uma perda do volume de animais neste território e, neste momento, a tendência está a inverter. Têm que dar apoio a essas gentes, e ajudar a alavancar as suas empresas, explorações, e por isso apresentam essa matéria de forma terminada, e que seja um apoio na ordem dos 60 a 70.000 euros, a transferir para os produtores de gado. No que respeita a outras matérias do PDSS, disse que as coisas em rutura caem, mas o PDSS é um instrumento bem estruturado há muitos anos. Foi pioneiro o trabalho feito em 2008, no sentido de, num documento só, juntar um conjunto de apoios. Com estas medidas, o município tem sido distinguido. A associação de famílias numerosos, todos os anos distingue Melgaço, como um dos municípios que melhor acolhe essas famílias. Relativamente ao arrendamento para jovens, disse que têm procurado publicitar todas as medidas, por várias formas, para chegarem a casa das pessoas. Algumas pessoas não têm conhecimento de todos os apoios disponíveis e têm que continuar a publicitar. Tem pena que não haja a utilização desse apoio ao arrendamento, mas lamenta também, aquilo que é uma prática generalizada em Melgaço em que o arrendamento não é, na maioria dos casos, acompanhado de contrato. Os cidadãos não têm que fugir aos impostos. A questão da construção para primeira habitação, a medida existe, tem apoios devidamente seriados, e também aí se verifica que os critérios, não são, muitas vezes atendidos. A construção não pode ter uma dimensão superior a 250 metros quadrados, e têm conhecimento de que as habitações têm sempre valores superiores a isso. A partir do momento que têm uma dimensão superior, não respeitam esse critério, não podem apoiar. Na saúde, têm feito um conjunto enorme de apoios, e, sobretudo, quando aderiram ao programa nacional de apoio ao medicamento, fizeram um excelente negócio. Há um conjunto considerável de famílias, por volta de 90, a ser apoiadas no medicamento, de forma gratuita, que permite à pessoa, sem ser estigmatizada, chegar à farmácia comprar o medicamento com receita médica, levá-lo para casa e fazer a aquisição com cartão como se fosse um cartão multibanco qualquer. O apoio ao nível alimentar, não pode ser questionado neste município. Aliás, em período de pandemia, foram super diligentes para ajudar a que as famílias tivessem apoio alimentar, não só aquilo que é o cabaz normal pois desenharam uma medida que permitiu às pessoas comprarem produtos frescos como, por exemplo,

carne. Funcionou muito bem e rápido. E continuam, com parceria da Cruz Vermelha e Banco Alimentar a apoiar as famílias do ponto de vista alimentar. Estão a receber emigrantes e estes são fundamentais para a economia. O desafio é que saibam do ponto de vista social, acolher muito bem esta gente, trabalhar muito bem a comunidade. Se houver condições de habitação, sociais, e de economia ágil a funcionar, há muita gente que vai ficar em Melgaço e que se fixa no território. Ainda sobre habitação, o senhor deputado Manuel Luís fez um desafio ao executivo. Foi levado à reunião de câmara um protocolo com o IRU, que permitirá construir cinquenta a sessenta habitações em Melgaço para renda apoiada. Havia o compromisso da senhora Secretária de Estado para, em meados de janeiro, assinar esse protocolo, mas é necessário esperar pelo novo secretário de estado para cá vir novamente e tratar essas matérias. Com uma zona empresarial a ser construída é necessário ter capacidade de acolher essas pessoas e empresas que chegam com nova habitação. Sobre a questão do IMI e do IRS, o senhor deputado José Albano fala num crescimento do IMI exponencial. Aconteceu, fruto de um momento que foi a reavaliação de toda a propriedade do país inteiro e em Melgaço também. Manter a taxa de IMI a 0.32, quando ela poderia ser a 0.30. São 0.2%. É manter uma taxa muito baixa para os cidadãos, para que não tenham esforço, quando o município precisaria até, em algum momento, isto é, de uma taxa mais elevada. Contrariamente ao que foi dito pela deputada Aurora, de que os impostos estão a crescer exponencialmente, o senhor presidente gostava que fosse verdade, porque seria muito bom para o investimento que têm pela frente. Têm impostos estáveis pois não somos um município que tem uma receita própria muito confortável. Sobre a devolução do IRS, é uma conversa antiga, os 0.5% que são mais ou menos 200.000 euros por ano. Este é um valor importante para o investimento da câmara. Os 200.000 euros em IRS devolvidos ao cidadão, só favorecia os que mais IRS tem, e não propriamente aqueles que precisam mais de ser apoiados. Por isso, manteve-se essa política de ficar com a consignação de 0.5 % do IRS do lado do município para fazer o trabalho necessário todos os anos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo do PSD, com apresentação de declaração de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º6	Análise e Deliberação da Proposta de Regulamento dos Benefícios Fiscais do Município de Melgaço
---------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que pediu à senhora Presidente para que fosse o vereador José Adriano Lima a fazer a apresentação deste assunto.

Após cumprimentar toda a Assembleia, na pessoa da Senhora Presidente e restantes elementos da Assembleia o senhor vereador informou que para além das medidas estabelecidas, apresentam também a proposta dos benefícios fiscais, a isenção de IMI e a isenção das taxas de ocupação da via pública. Relativamente ao IMI, refere os prédios rústicos e urbanos afetos a uma atividade pecuária. Para além dessa isenção, também está prevista a isenção do IMI dos prédios urbanos para fins turísticos e de arrendamento, bem como dos prédios urbanos reabilitados e arrendados, e ainda do IMI relativo aos edifícios multifamiliares. O segundo benefício fiscal previsto no regulamento, é relativo ao imposto municipal sobre transmissão de imóveis. Todas as transições de bens imóveis destinados à construção e reutilização multifamiliares, também podem beneficiar de isenção de IMT. Por último, apresentou um benefício fiscal relativo às taxas municipais, no que respeita às taxas urbanísticas e também de domínio público, respeitantes aos projetos de licenciamento destinados à construção de edifícios multifamiliares. E uma segunda medida, relativa às taxas urbanísticas, de projetos de mecanismo social. Tudo o que sejam projetos de indústria, vão beneficiar também de isenção de taxas urbanísticas, sejam estes, construídos numa zona empresarial ou noutra local do concelho. A aplicação destes benefícios fiscais terá eficácia retroativa, conforme refere o regulamento, e entrará em vigor quando publicado.

Terminada a apresentação do senhor Vereador, solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues. Neste ponto da ordem de trabalho o deputado José Albano Domingues referiu ter lido, com atenção, o documento em discussão. Informou que não iriam votar contra este Regulamento, por encerrar, a espaços,

isenções e benedições de natureza fiscal que poderão ter alguma aplicação prática no concelho de Melgaço, apesar de entender que também aqui, porém, se ficou muitíssimo aquém daquilo que seria expectável. Aludiu, especificamente, à questão do IMI e da isenção pelo período de cinco anos, renovável, por uma única vez, e por igual período, dando nota de que é imperioso revitalizar a área da construção civil, que no que toca às habitações multifamiliares considerou praticamente paralisada, e atrair casais jovens para se fixarem no território, mas que o que se prevê, ao nível do IMI (argumentação que considerou aplicável ao IMT e às taxas urbanísticas municipais), é tão só a isenção para prédios reabilitados para fins turísticos e de arrendamento (o que afirmou corresponder a uma ínfima parte do nosso parque habitacional) e para frações autónomas de prédios multifamiliares, submetidos ao regime da propriedade horizontal, em que um mínimo de cinco frações sejam destinadas à habitação, ou seja, ficando de fora as habitações unifamiliares e os prédios em propriedade horizontal até cinco frações habitacionais, o que, sem se pretender debruçar com rigor na inventariação, superará os 90% do todo habitacional do concelho.

A Presidente da mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara que discordou da interpretação do deputado José Albano em relação a uma ou outra matéria que foi referida anteriormente. Logo no primeiro ponto, quando disse que a aérea de construção em Melgaço estava completamente paralisada, não concordou. No último ano, tiveram um conjunto de pedidos de licenciamento consideráveis e está a acelerar. Têm tido, ao mesmo tempo, capacidade de responder a esses pedidos de licenciamento como não tinham há muito tempo. Também está a acontecer, felizmente, licenciamento também para reabilitação. Os presidentes de junta, vão dando nota de que nas suas freguesias se verifica a aquisição de habitação, ou devoluta ou a precisar de ser intervencionada, para lá se instalarem pessoas. É do conhecimento que estão a ser vendidas casas em Castro Laboreiro em grande número, e em algumas situações quase lugares inteiros, para reabilitação, para fins turísticos ou para segunda habitação. É preciso habitação para novos públicos. Não há arrendamento. É necessário novo investimento em habitação plurifamiliar para dar resposta a estes novos públicos que precisam de habitação. São incentivos sérios, que devem ser do conhecimento de todos, e ser utilizados por todos.

Em resposta à intervenção do senhor Presidente da Câmara nesta matéria o deputado José Albano esclareceu que quando, na sua intervenção, se referiu à inexistência atual de construções novas se estava a referir à construção de prédios em altura, multifamiliares, em regime de propriedade horizontal, precisamente aqueles aos quais a isenção de impostos e de taxas o Regulamentos se pode aplicar, construções novas essas que não encontra em Melgaço, a não ser que lhe demonstrem o contrário. Afirmou que conhece muito bem, e na primeira pessoa, o que é construção de habitação unifamiliar, e que sabe bem o quão penoso é ter de pagar, todos os anos, sem nenhuma contrapartida da parte do Município, mais de 800,00 €uros de IMI. Terminou a sua intervenção dizendo que o senhor Presidente da Câmara havia afirmado que tem havido muita reabilitação urbana, mas que basta pegar na lista de prédios degradados para constatar que de 2021 para 2022 entraram para tal lista dezoito novos imóveis e apenas dois foram dados como reabilitados.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º7	Análise e deliberação da Proposta de Regulamento do Espaço Maker e Espaço Coworking de Melgaço
---------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para, se assim entendesse, acrescentar informação a este ponto da ordem de trabalhos. O Presidente da Câmara prescindiu da palavra.

Solicitou da palavra o Deputado José Albano Domingues, que, neste ponto da ordem de trabalho afirmou estarem completamente de acordo quanto à necessidade e importância da existência de tais espaços, que perspetiva como verdadeiras incubadoras de ideias, de negócios e de empresas, desde que estejam apetrechados e sejam, na prática, devidamente trabalhados. Tendo presente o que acabava de dizer referiu pretender deixar uma nota quanto ao horário de funcionamento previsto para o Espaço Maker, pois que estando previsto que seja de

acesso livre, para pessoas singulares, escolas, instituições, coletividades, e outras pessoas coletivas, tendo também como missão e objetivo incentivar empresas já constituídas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, entende que o horário de funcionamento previsto no artigo 5º, nº 3, e no Anexo A ao Regulamento, ou seja, das 09:00 às 13:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, é muito curto, verdadeiramente redutor, se se pensar o espaço como a ser frequentado também por jovens em idade escolar ou por pessoas que já tem outras ocupações profissionais, inviabilizando, pois, uma maior participação ou envolvimento da parte de quem (caso dos alunos, cidadãos, ou empresários), tenha, no horário previsto, de assegurar a frequência escolar ou o seu posto de trabalho. Um outro ponto que referiu pretender abordar respeita ao artigo 7º, nº 3, e artigo 9º, nº 6, onde se prevê que os materiais e consumíveis tenham de ser adquiridos pelos utilizadores, com o que também disse concordar, mas questionando, se assim é, e sendo a utilização dos equipamentos gratuita, a que custos se pretendia aludir, quando, no artigo 7º, nº 4, se diz que o órgão executivo poderá aprovar alterações dos custos associados à utilização do espaço. Colocou, ainda, uma segunda questão, em relação com o disposto no artigo 10º, nº 3, alínea e), que refere que a equipa do Espaço Maker Melgaço tem a palavra final sobre o que é permitido dentro das suas instalações, dando por adquirido que essa palavra final se reporte a matérias ou previsões que não constem no Regulamento, e perguntando quem faz parte ou integra tal equipa, uma vez que, segundo é conhecedor, apenas lá trabalha um técnico do Município.

Terminada a intervenção do deputado José Albano Domingues, a Presidente da mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder ao senhor deputado. O Espaço Maker e o Espaço Coworking nasceram de uma parceria que juntou municípios de Espanha, com a deputação de Orense e municípios portugueses de Melgaço, Famalicão e Paredes de Coura. Têm recebido imensos elogios pelo trabalho feito e pelo espaço destinado enquanto Espaço Maker, e tem sido objeto de visita, de muitos municípios, para perceberem como se pode fazer. Quanto ao Espaço Coworking, é um espaço que tem tido procura e é uma resposta na área digital. Os horários estão definidos neste momento depois de uma fase experimental. A relação com a escola tem sido extraordinária, relativamente à utilização por parte dos alunos da escola, e não só, também de alunos do ensino superior e profissionais. Tem corrido muito bem e é fundamental

que os alunos tenham contacto nesta área digital. Tudo o que são ajustamentos relativamente aos horários, pode-se fazer, mas querem que se estabilize com o atual regulamento e no futuro adaptam se se for necessário. O Espaço Coworking, não está sujeito à rigidez do horário, até porque o utilizador, pode entrar a qualquer momento com um código que lhe é atribuído e abre sem estar sujeito a horário de atendimento. Quanto à questão dos valores, faz referência ao artigo 10º, onde está bem claro. A questão da equipa, na fase inicial do espaço, contou apenas com uma pessoa a dinamiza-lo. O encerramento do projeto aconteceu agora e no início do ano irão ver como essa equipa vai funcionar.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º8	Análise e Deliberação da Proposta de Regulamento do Apoio Financeiro aos Produtores Pecuários
---------------------	--

A Presidente da Assembleia perguntou ao Presidente da Câmara se desejava acrescentar alguma informação, visto que o assunto já havia sido abordado nesta reunião, num ponto anterior. O Presidente da Câmara prescindiu da palavra.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º9	Presente Informação da Lista de Prédios degradados do Concelho de Melgaço para o ano 2022, bem como, aprovação da respetiva majoração do IMI a aplicar
---------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para, se assim entendesse, acrescentar informação a este ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara informou que a lista é exaustiva e não engloba todo o conjunto de prédios degradado de todo o município. No entanto, vai sendo atualizada todos os anos. Nessa atualização, este ano, verificaram-se duas saídas e a entrada de mais dezoito prédios degradados. O Presidente não referiu mais nenhum aspeto a não ser que considera que esta aplicação da majoração do IMI de 30% para estes prédios degradados faz sentido porque é uma forma de que as pessoas reabilitem ou façam a venda desses prédios, para que possam ter uma resposta de habitação na área do turismo ou noutra área.

No uso da palavra neste ponto o deputado José Albano Domingues afirmou que é um dado adquirido o de que a medida proposta não tem contribuído, positivamente, para a reabilitação do parque habitacional e para a recuperação das construções em geral, e que mais do que não surtir efeito útil se tem revelado, até, de acordo com os números apresentados, contraproducente, aumentando o número de imóveis nesta situação de ano para ano, passando de 54 no ano de 2008 para 354 no de 2022, uma subida de 655,56%. Acrescentou que de 2021 para 2022 saíram, por reabilitação, 2 prédios e entraram 18, o que dá um saldo negativo na ordem dos 80%. Prosseguiu dizendo que acaso tivesse efeitos práticos certamente que o Município de Melgaço não constaria nesta Lista, como já constava na do ano anterior, lista que, no seu entender contém um cariz, para além de vexatório, de sentido pejorativo, persecutório, penalizador, castrante, não sendo agradável ver ali nomes como o de um senhor deputado da Assembleia, que até foi eleito pelo PS, ou até de um senhor ex-presidente da Câmara Municipal de Melgaço. Afirmou, ainda, que esta medida é cega, e potencialmente injusta, porque tanto ataca ricos como pobres e porque não olha ao caso concreto e às causas ou razões da não reabilitação. Disse, finalmente, que os deputados da sua Bancada defendem, em alternativa à majoração do IMI, a criação de verdadeiros e efetivos incentivos e apoios à reconstrução e à regeneração urbana.

Solicitou da palavra o Deputado Manuel Luís Gonçalves, para dizer que, a bancada parlamentar do PS considera que se o próprio legislador nacional prevê esta possibilidade de majoração até 30% da taxa aplicada aos prédios urbanos degradados, é porque algum efeito útil ele considera que deve ter. E, revê-o como um direito que o município tem, no seu processo decisor de implementar esta medida, porque cada caso é um caso e cada município decidirá se faz sentido

aplicá-lo. O que é importante neste ponto, segundo o deputado, é aferir qual é o objetivo da lei neste concreto. Não lhe parece que a câmara tenha interesse em aprovar esta medida sob o ponto de vista do acréscimo da receita fiscal. Não tem esse indicador, mas está-se a falar de prédios degradados, em que em princípio o valor patrimonial tributário já será diminuto. A percentagem é de 30%, mas sobre um valor base, que à partida é um valor diminuto e, portanto, não lhe parece que sob a perspetiva da receita fiscal conduzida, é proposta e tem sido até aprovada. Haverá dois ou três objetivos primordiais nessa medida. O primeiro é uma medida de pressão urbanística sobre os proprietários para reabilitarem os seus edifícios. Pelo valor da penalização em causa, não será uma medida única e suficiente em si para tornar isso fácil, terá que ser acompanhada por outras medidas. Não é também porque o município queira penalizar, porque sim, os proprietários dos prédios degradados. Há outro elemento que tem a ver com pessoas e bens, a manutenção, ano após ano deste tipo de edifícios degradados e até por uma questão de degradação da própria paisagem do concelho. Esta medida por si só, não é suficiente e tem que ser complementada com outras medidas, que já foram discutidas anteriormente com algum detalhe. Não esquecendo que, se é verdade que alguém é proprietário de um prédio que se encontra em algum estado de degradação, e tem uma majoração de 30% do IMI que vai pagar, se o reabilitar, logo a seguir pode ter direito a 10 anos de absoluta isenção do pagamento desse IMI. Tudo isto tem que ser complementado e devemos tentar perceber qual é o objetivo daquilo que está em causa. Quanto à inclusão na lista de deputados ou de outras pessoas, se for a inclusão do deputado do PS que o senhor Deputado Manuel Luís pensa, foi o próprio deputado que alertou a Câmara que deveria incluir esse prédio na lista.

A Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao Presidente da Câmara para responder à questão que o deputado José Albano Domingues. O Presidente referiu que a Câmara Municipal tem, no Hotel Ranhada, uma percentagem de 6%. Não está propriamente nas mãos do município resolver essa questão.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 votos contra do grupo do PSD, com apresentação de declaração de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade

Assunto n.º10	Análise e Deliberação do Plano de Pormenor do Peso
-------------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto, antes de dar início à sua discussão. O senhor Presidente da Câmara pediu autorização para que o Engenheiro Albertino Esteves fizesse a apresentação, mas antes deu uma breve nota do assunto, referindo que, o Plano Pormenor de Peso que estava envelhecido. Posteriormente, em setembro, foi agendada a sua discussão. Tal não foi possível, porque foi necessário fazer o atendimento a uma série de recomendações, sugestões, por parte de alguns proprietários dessa mesma zona do Peso.

De seguida, o Engenheiro Albertino procedeu à sua apresentação.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º11	Análise e Deliberação do Plano Diretor Municipal de Melgaço
-------------------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto, antes de dar início à sua discussão. O senhor Presidente da Câmara pediu autorização para que o Engenheiro Albertino fizesse a apresentação.

O engenheiro Albertino procedeu à apresentação do PDM de Melgaço e ficou disponível para esclarecer qualquer dúvida.

Após a breve apresentação, o senhor Presidente da Câmara pediu para esclarecer alguns pontos deste plano. Embora o percurso desta revisão tenha tido

algumas dificuldades, chegou ao fim com bons resultados, porque conseguiram manter praticamente na íntegra a capacidade construtiva, quando no início do arranque desta revisão pairava uma dúvida que teria que reduzir consideravelmente essa mesma capacidade. Também foi positivo o que referiu o engenheiro Albertino quanto ao apoio da CCDRN, e que permitiu retirar uma parte do espartilho do plano pormenor, do plano especial do Parque Nacional Peneda Gerês, e com a não inclusão do artigo 32, têm essa capacidade de intervir no território, seja na agropecuária, seja no turismo, diferente daquilo que até ao momento era possível fazer. O senhor presidente aproveitou para dar os parabéns à equipa interna da câmara e lembrar que esse processo começou por ser liderado pela arquiteta Patrícia, depois pela arquiteta Fabíola, e nestes últimos meses assumida pelo engenheiro Albertino. Esta equipa trabalhou afincadamente para que fosse possível fazer a provação desta revisão, quando outros ainda estão no início do percurso. Também deixou um agradecimento às entidades externas, que não é fácil comunicar com elas, mas que chegaram a bom porto. A colaboração ativa dos presidentes de junta, num dado momento, foi importantíssima, para perceber com eles, quais eram as necessidades do território.

Solicitou da palavra o Deputado José Albano Domingues. Na sua intervenção no assunto em questão o deputado José Albano Domingues afirmou não ter tido a oportunidade, pela sua vastidão, de, com a profundidade que gostaria, analisar o documento, desde a sua parte escrita e analítica até às partes, desenhadas e cartografadas, dizendo que teve, isso sim, oportunidade de, ao longo deste processo, que demorou alguns anos, trocar impressões com pessoas a ele ligadas e de lhe transmitir qual era a sua visão acerca das linhas que antevia como devendo ser as mestras ou orientadoras da revisão. Acrescentou sempre ter entendido o Plano Diretor Municipal, como instrumento de ordenamento do território, como uma ferramenta ao dispor do poder político e do executivo para dar execução àquelas que são as suas principais linhas programáticas, desde o parque habitacional, passando pelo desenvolvimento das atividades económicas e entroncando com a cultura, lazer e a questão ambiental. E finalizou a sua intervenção dizendo que à semelhança do que entendem quanto ao Plano de Pormenor do Peso, ancoram o voto favorável da sua bancada no pressuposto de que este Plano Diretor Municipal, revisto, contribuirá, designadamente, para que as pessoas possam construir, em

Melgaço, a sua habitação, fixando a população e fomentando o seu rejuvenescimento, que permitirá a legalização de construções que, por uma razão ou outra, de tal legalização são passíveis mas se encontram, desde há anos a esta parte, na clandestinidade, que possibilitará o desenvolvimento de atividades dos setores primário, particularmente a agricultura, a viticultura e a pecuário, e também o secundário, e que contribuirá, no geral, para a melhoria das condições e a qualidade de vida dos Melgacenses, fazendo votos para que assim seja. Terminadas as intervenções neste ponto, a Presidente da mesa agradeceu ao engenheiro Albertino as apresentações feitas e todo o trabalho realizado e reconhecido por toda a Assembleia.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 12	Análise e Deliberação da Proposta de Contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2023
---------------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para abordar o assunto. O senhor Presidente da Câmara apenas referiu que este é um assunto apresentado todos os anos na Assembleia. A necessidade de contraírem um empréstimo de curto prazo que, como todos sabem é saldado ao final do ano e que é importante sob o ponto de vista de tesouraria para o Município, sobretudo quando se atravessa um ano de grande investimento. No ano passado fizeram um empréstimo na ordem dos 600.000 euros, precisamente pelo volume de investimento que tinham pela frente; este ano trazem à consideração da Assembleia a contratualização de um empréstimo de 750.000 euros.

Solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues. A respeito deste ponto da ordem do dia o deputado aludiu ao enquadramento legal deste tipo de financiamento no artigo 50º, nº 2, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Disse ser conhecedor das justificações apresentadas para a sua contratação, que passam pelos constrangimentos de tesouraria, a sazonalidade da receita e os picos dos meios de caixa disponíveis em cada

momento. No seu entender as razões apontadas não podem colher, porquanto está prestes a ser aprovado o Orçamento para o ano de 2023, documento onde está prevista a realização da despesa, não só corrente como de capital (com obras e projetos que tem cadernos de encargos e cronogramas financeiros e temporais antecipadamente delineados), assim como está prevista a obtenção da receita necessária para lhe fazer face, e sendo a sazonalidade um falso argumento por já se encontrar previamente determinado o período temporal em que o recebimento de tais verbas irá ter lugar. O deputado aludiu, ainda, ao mapa com o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, que superavam, em 16/12/2022, os 4.200.000,00 Euros, dizendo que a Câmara Municipal de Melgaço utiliza estas dilações nos pagamentos como forma de melhor gerir as suas disponibilidades de caixa e a liquidez. Na parte final desta sua intervenção realçou ter encontrado, nos documentos distribuídos, dois relatórios de análise de propostas, um primeiro em que foi decidido optar pela proposta da Caixa Agrícola, com previsão de um *spread* de 0,04%, o mais baixo de todos, e um segundo no qual se decidiu escolher a proposta do "Millennium BCP", com um *spread* superior, de 0,05%, e que foi apresentada como justificação para tal mudança de opção a de que o indexante que melhor convém ao Município (que reservou o direito de escolha) é o da Euribor a 30 dias (em vez dos 90, mínimo apresentados pela Caixa Agrícola), que pelos dados atuais é o indexante mais baixo. Uma vez que se previa (como se diz em tal relatório) a continuação da subida das taxas de juro, e de forma a aquilatar se não seria preferível optar, antes, enquanto indexante, pela Euribor a 90, 180 ou 360 dias, perguntou qual o momento temporal em que, no ano de 2023, se irá contratualizar o referido empréstimo, pois que se tal momento for mais próximo do início do ano, e o reembolso próximo do final do ano, disse não ter dúvidas de que a Euribor a 90, ou mesmo a 180 dias, seria a escolha mais acertada e menos dispendiosa para os cofres da Autarquia.

Em seguida, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado Manuel Luís Gonçalves para dar nota sobre aquilo que é a interpretação da bancada parlamentar do PS sobre este ponto. Os fundamentos estão referidos, o deputado José Albano também os referiu, e falam por si. Estão perante um financiamento de curto prazo, similar aquilo que é uma conta caucionada de apoio ao fundo de maneo de tesouraria. O pagamento de juros só será tido a partir do momento da utilização efetiva do capital, o que significa que será uma linha disponível quase gratuita até ao

momento em que o capital é utilizado, e acaba por servir de almofada para essa sazonalidade ou algum imprevisto que seja necessário para acomodar. Por outro lado, é uma operação financeira isenta de visto no tribunal de contas. Notando também que, relativamente ao ano passado entendem que este empréstimo a curto prazo acompanha a par e passo aquilo que é o acréscimo do valor do orçamento, pelo que o voto da bancada do PS tem que ser favorável.

A Presidente da mesa, deu novamente a palavra ao senhor presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo deputado José Albano. Disse que, neste ponto da agenda, todos os anos há a mesma discussão. Pediu ao deputado José Albano que lhe apontasse uma autarquia que não tivesse usado este instrumento. Entendeu que se nota alguma incongruência entre os deputados, porque alguns dos que estão presentes na reunião, do PSD, também integram a Assembleia da CIM. A CIM também faz todos os anos a utilização deste instrumento e leva à aprovação da sua Assembleia Municipal. Os senhores deputados do PSD, nessa Assembleia aprovavam sempre este ponto e votavam sempre favoravelmente. Há momentos em que a tesouraria precisa de ter esta almofada para resolver questões. Um instrumento, que, do ponto de vista financeiro, não fica pesado ao final do ano, portanto entende que é fundamental todos os anos, trazê-lo aqui. Sobre a questão dos dois relatórios e da opção, o senhor presidente referiu que, foram feitos no mesmo dia, num primeiro momento a análise levou a que a decisão fosse para uma das propostas, mas rapidamente o júri percebeu que a análise não tinha sido a mais detalhada e mais correta, voltou à análise e fez um novo relatório. A opção está fundamentada naquilo que consideram ser a tendência do próximo ano, do ponto de vista dos juros, e, aquilo que poderá ser mais positivo para o município.

Já após a intervenção do senhor Presidente da Câmara nesta matéria, pediu novamente a palavra o deputado José Albano Domingues para, com relação ao respondido pelo chefe do Executivo, lembrar que se está a discutir o Orçamento e o pedido de contratação de um empréstimo de curto prazo para 2023 e para o Município de Melgaço, e não para a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, não fazendo qualquer sentido chamar esta última à discussão, desconhecendo o deputado o que no âmbito da CIM se decidiu ou deixou de decidir, acrescentando, todavia, que se ali a contratação deste tipo de empréstimo foi votado favoravelmente é porque uma tal contratação, contrariamente ao que sucede com o Município,

estaria devidamente fundamentada. Disse ser também falso que é sempre o mesmo o argumentado nesta matéria pelos eleitos da oposição, alegando que o empréstimo no ano passado não era de 750.000,00 euros, que no ano passado a dívida a fornecedores não ultrapassava os quatro milhões de euros e que com relação ao empréstimo do ano passado não havia dois relatórios de apreciação de propostas, e que se o senhor Presidente fosse consultar as declarações de voto dos deputados da sua bancada em anos anteriores iria certamente constatar que o que diz não é verdade. Relembrou, finalmente, que, mesmo sem rigor ou verdade nas justificações apresentadas, é pelo facto de concederem em que possa ser útil na gestão da tesouraria que o sentido de voto da sua bancada tem passado pela abstenção, e não pelo voto contra.

O Presidente da câmara usou da palavra para referir que relativamente ao sentido de voto do PSD, entende que não têm matéria para estarem com grandes discussões, porque reconhecem que é fundamental para a Câmara Municipal este instrumento.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo do PSD, com apresentação de declaração de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º13	Análise e Deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023
--------------------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para abordar o assunto. O senhor Presidente da Câmara apresentou os documentos previsionais para 2023.

Terminada a apresentação, solicitou da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves. Referiu que estava em discussão um orçamento ambicioso para 2023, que representa um aumento de cerca de 23% face ao orçamento de 2022, num total de 32M€ face aos 26M€ do orçamento de 2022. Este orçamento representa, antes

de mais, um rumo perfeitamente traçado pelo executivo no sentido do desenvolvimento económico da região e na valorização dos seus recursos naturais. E é feito numa conjuntura económica particularmente delicada. Com uma pressão inflacionista que não viam há mais de 40 anos, fruto da instabilidade no mercado das commodities, em consequência do aumento brutal dos custos da energia e da incerteza dos indicadores macroeconómicos. Depois de dois anos de pandemia, quase um ano de guerra na Europa, acompanhada da previsão de um cenário de abrandamento económico em praticamente todos os países da Europa, ou mesmo de recessão em alguns países como é o caso da Alemanha. E é neste contexto que este orçamento se apresenta. Sabem que os orçamentos são exercícios de equilíbrio. Equilíbrio entre as receitas e as despesas, entre o deve e o haver. E este orçamento consegue esse equilíbrio. No plano das receitas, prevendo um aumento considerável das receitas correntes e de capital, aproveitando os Programas de Apoio Comunitário e o PRR. No plano das despesas, mantendo o investimento necessário no melhoramento da rede de abastecimento de água e saneamento, na educação, cultura e desporto. Mas também prevendo a necessidade de investimentos na ação social e saúde, por via da descentralização de competências assumidas este ano no âmbito do processo de descentralização de competências da administração central para as autarquias locais. E este investimento de proximidade é essencial num concelho como o nosso, com baixa densidade populacional e uma comunidade cada vez mais dispersa, isolada e envelhecida. Por isso, é essencial acomodar a esfera de proteção dos mais desfavorecidos (crianças e idosos) mas também é necessário ficar atento à atual conjuntura da mobilidade associada aos fluxos migratórios que vão crescendo gradualmente. Falam já aqui da habitação e das infraestruturas. E neste particular há a destacar os relevantes investimentos que este orçamento prevê em importantes infraestruturas e equipamentos públicos: adaptação da antiga escola primária de Prado para residência universitária; reabilitação de habitações sociais; manutenção da rede viária municipal; continuação da zona empresarial de Alvaredo, com todos os lotes praticamente comercializados; áreas de acolhimento empresarial de nova geração. Mas também de assinalar importantes investimentos privados, como é o caso do investimento no nosso concelho de redes de hipermercados ou a recuperação e ampliação do hotel do Peso, cuja obra está a andar a bom ritmo e representa um claro sinal de

confiança do setor privado na economia e turismo local. Estão certos de que todos estes investimentos irão constituir uma alavanca para dinamizar a economia local, criar postos de trabalho e contribuir para a fixação gradual das pessoas no território. Por isso, por entenderem que estão perante um orçamento equilibrado, ambicioso e sustentável, o voto da bancada do PS só poderá ser favorável.

Em seguida, solicitou da palavra o deputado Pedro Silva. Iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia: Membros da Mesa, executivo, senhores deputados e munícipes presentes. Em seguida, referiu que estão perante o maior orçamento apresentado nesta casa. Dito desta forma e sem uma visão mais distante e esclarecida, qualquer munícipe pensará que nos saiu a sorte grande. Mas depois, se nos afastarmos destes soundbytes e dos títulos dos jomais, veremos que: nos últimos 4 anos o grau de execução da componente de investimento nos orçamentos anteriores se ficou numa média de 56,7%; que a receita de capital se ficou nuns parcos 46% de médias e que há obras que se arrastam nestes orçamentos e não saem do papel, e ainda, que nestes anos passados a componente de despesa fixa não para de aumentar e que a prazo a conta irá aparecer para alguém a pagar. É bom que haja um orçamento grande, mas tem de ser ambicioso também na execução e na estratégia, equilibrado entre despesa corrente e de capital. Um orçamento mais agressivo na dinamização económica e no aproveitamento de oportunidades. A este ritmo teremos mais de 5 anos para a criação de uma nova zona industrial. Nenhum investidor ou empresa espera 5 anos para se instalar. Um orçamento mais agressivo na promoção do território. E deu como exemplo as campanhas de promoção que existiram e que lhe parecem completamente paradas. Mais agressivo na captação de novos residentes, aproveitando os novos fluxos migratórios; no apoio à construção de mais habitação, flexibilizando regras, taxas e impostos. Em suma, teremos um orçamento maior, mas semelhante aos anteriores nas escolhas que faz. E continuaremos a ter orçamentos grandes e execuções baixas, prometendo 33 milhões e executando na melhor das hipóteses 20 milhões.

Terminou a sua intervenção o deputado Pedro Silva e a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Augusto Pinto. Na introdução do documento pode ler-se que o orçamento "ocorre num contexto exigente". Concordam! De facto, a incerteza é grande para os anos vindouros. Os nossos governantes apontam 1,3%

de crescimento para o próximo ano. É um crescimento irrisório, comparando-o a outros países europeus com características semelhantes à nossa e que vivem a mesma imprevisibilidade que nós. A diminuição do poder de compra vai continuar no próximo ano, o que quer dizer que vamos empobrecer e já temos 4 milhões de pobres em Portugal! Dado este cenário, julga que o orçamento que lhes é apresentado deveria ser cauteloso, rigoroso e bastante criterioso relativamente à despesa. E imaginativo/criativo relativamente ao investimento, que é crucial para o desenvolvimento. Entende que não é o que está plasmado no documento. É um orçamento que segue uma sequência de orçamentos anteriores em que a conjuntura não se afigurava tão exigente. É um orçamento vicioso, de continuidade, sem qualquer inovação relevante. É um orçamento onde se projetam valores que dificilmente estarão adequados à realidade e de duvidosa execução na sua taxa. Aliás, à semelhança de orçamentos anteriores. Vejam-se as taxas de execução orçamental até 16 de dezembro deste ano, praticamente final do ano: Despesa 59,51% e Receita 62,33%. Com um endividamento elevado, cerca de 3.000.000€, e uma anormal despesa corrente (15.346.614€), onde se destaca o Pessoal, representando 40% deste valor, com tendência a aumentar - vejam-se os postos de trabalho que estão para ser criados - parece-lhes que este orçamento (de 32,5 milhões de euros) deveria seguir outra orientação, outro caminho. Admitem que face a uma brutal despesa corrente, a margem de manobra para investimentos é reduzida. O executivo teve e tem legitimidade para fazer as escolhas, por isso não se pode queixar da elevada despesa corrente. Gerir é fazer escolhas. E o executivo, para 2023 escolheu por exemplo, reservar apenas 73.200€ para o PDSS - Plano Desenvolvimento Sustentável e Solidário, que aqui já se falou: incentivos à natalidade 25.000€; auxílios económicos 4.000€; apoios às famílias no domínio da saúde 2.000€; apoios às famílias no domínio da habitação 2.000€; apoios às famílias no consumo energético 1.500€; apoio alimentar a famílias carenciadas 3.500€. Acham pouco, muito pouco! Escolhe também investir na programação cultural 425.000€, na festa do Alvarinho 320.000€, na do Espumante 247.000€. Enfim, quase 1,5 milhões de euros em atividades que de facto engrandecem o Município, mas o retorno deste investimento, conforme toda a gente percebe, é reduzido. Relativamente à Administração Geral, em serviços de comunicação e imagem 214.000€. Continua-se a investir de uma forma cega na Melsport: 630.000€.

Atividades desportivas 769.653,00€. Não estão contra estas atividades, contra estes investimentos, bem pelo contrário, mas não seria possível serem mais modestos nos custos destes eventos e canalizar as verbas poupadas para mais apoios diretos a quem realmente precisa e vai precisar nestes tempos difíceis que se avizinham? Ou para apoios que possam dinamizar a economia local? A parcimónia, numa situação como a que se está a viver, recomendar-se-ia. Diz isto sem qualquer demagogia. É o sentimento do PSD. Relativamente às freguesias, onde realmente há mais necessidades de investimento, dado o nosso problema demográfico, verificam uns míseros 357.000€ de transferências correntes. Muito pouco, Sr. Presidente! Uma nota final, para referir a aposta na Nova Zona Industrial que se espera frutífera e traga algum desenvolvimento a médio e longo prazos, bem como os incentivos aos criadores de animais - a única proposta inovadora que encontram neste orçamento. Mas, num cômputo geral, é um orçamento que apresenta uma estratégia nada consonante com a almejada melhoria da qualidade de vida dos melgacenses. Por tal facto, votam contra a proposta. Desejam que consiga executar o orçamentado.

A Presidente da mesa, deu a palavra ao Presidente da Câmara que interveio dizendo que há momentos em que dizem que os orçamentos do município são orçamentos que não se realizam, que não acontece nada! Não se realizam nas áreas de investimento feitos na área de equipamentos públicos de turismo? Rede municipal de trilhos, está feito! E, uma rede municipal de trilhos que nenhum outro município tem. Um milhão de euros de investimento. As piscinas municipais, vieram no orçamento, está feito, está realizado! Custaram tanto na reabilitação, quanto custaria fazer umas novas. Conseguiu-se ou não realizar o orçamento? A Igreja de Paderne, recuperação do património com um investimento de 1,1 milhão de euros na reabilitação, numa primeira fase, de património importantíssimo. Afinal, o orçamento realiza-se! O Solar do Alvarinho, está a ser realizado. Referem que só apoiamos as freguesias com trezentos e tal mil euros, e a transferência de capital? Têm noção do que tem sido a transferência de capital para as freguesias para grandes investimentos? Vem no orçamento, são realizadas e estão no terreno. O que conta é o que fica, é o real. Dizem que não há ambição na economia local e que a Zona empresarial de Alvaredo está a arrastar-se há cinco anos. Não é assim pois a zona empresarial de Alvaredo foi começada em 2017, logo no início do mandato, elaboração do projeto, ir buscar financiamento, concretização da obra, e está lá para

ser inaugurada no primeiro semestre de 2023. A ambição é que mal termine a primeira fase e haja condições no próximo quadro comunitário para terem financiamento para a segunda fase, será imediatamente posta no terreno. Há ou não ambição? O orçamento e a sua realização é prova disso. Também o investimento privado esta a acontecer, é o caso do Grande Hotel do Peso que, espera, no próximo ano, seja inaugurado e vá revitalizar completamente toda aquela zona que também foi sujeita a aprovação no seu plano pormenor. Afinal, faz-se ou não se faz? Dizem que não há habitação, mas 800 mil euros vão para requalificar a antiga escola primária de Prado. Fizemos um Protocolo com o IRU para conseguir construir cerca de 50 a 60 habitações para acomodar aqueles que chegarão no futuro. Quando falam de pouca ousadia na dinamização económica, isso cai por terra, porque contra factos não há argumentos. Aquilo que está a ser feito vai ser crucial e decisivo no território. O orçamento é ambicioso.

Dizer que o País esta a ficar cada vez mais pobre, e que se está num caminho de empobrecimento em relação ao resto da Europa também esta errado. Há dados concretos sobre o país que contradizem esse argumento. As exportações em 2022 subiram 20%; o PIB no país, será o 2.º maior crescimento da Europa, 6,8%. As coisas dão nota de que se está a fazer um bom percurso.

O senhor presidente concluiu que todos os anos têm crescido, naquilo que é o "cuidar" com as instituições e a transferência de valor para as instituições. No que diz respeito às freguesias, gostariam de transferir mais, no entanto fazem um esforço enorme. O investimento financiado para a igreja de Paderne, exigiu da parte da câmara um financiamento de 400 mil euros para que fosse possível fazer a obra toda.

Pediu a palavra o Deputado José Albano. Debruçando-se sobre a resposta do Presidente da Câmara às intervenções dos deputados em matéria de Orçamento, o deputado frisou tê-lo escutado dizer que se encontrava já terminada a rede municipal de trilhos, o que, de acordo com o que consta dos próprios documentos, não é verdade, e aproveitando, nesse ponto, para aludir ao trilho ou passadiço que acompanha a estrada nacional desde a rotunda de Galvão até ao entroncamento com a ligação ao Centro de Estágios, um trilho essencial para quem tem de se deslocar por ali mas que se encontra fechado e num estado lastimável, lamentando não se ter reagido mais cedo no que concerne à necessidade da sua reabilitação,

que desde há muito se antevia como premente. Referiu, depois, que concordando com o projeto da Zona Empresarial de Alvaredo, que os eleitos da Oposição reivindicam há quase duas décadas, não entendem os *timings* de execução que estão a ser seguidos, tratando-se de um projeto que já se iniciou em 2017, tendo já passado cinco anos e não se sabendo quando é que teremos pessoas a trabalhar lá. O senhor deputado terminou esta sua intervenção questionando o presidente da Câmara no sentido de que se é verdade que tudo está já feito, como aquele diz, em que é que isso se tem refletido em termos práticos e, designadamente, se se tem feito refletir no estancar do despovoamento, no aumento do parque habitacional, na fixação de novas empresas no território, no aumento do nível de empregabilidade, no incremento do comércio local, ou no aumento do poder de compra dos residentes em Melgaço.

Pediu a palavra o deputado Pedro Silva para referir que o Presidente os estava a acusar de não fazer nada, o que não é verdade. Mal seria se não fizesse nada! Agora, quando se olha para o copo, pode ver-se meio vazio ou meio cheio. Não diz que o orçamento não seja ambicioso, só pede a mesma ambição para concretizá-lo.

O Presidente da Câmara acrescentou duas notas. Dirigiu-se ao deputado José Albano para esclarecer que as coisas não acontecem assim. Uma zona empresarial que arrancou em 2017, com projeto, ter conseguido em 2021 um financiamento, foi preciso um trabalho árduo, rápido. Quando se fala em Zona empresarial de nova geração, de 13 milhões de euros, foram rápidos a responder e a encontrar as pessoas certas para trabalhar em conjunto, a equipa interna para trabalhar com o consultor. As coisas têm o seu tempo. O município receberá grandes resultados de tudo isto, daqui para a frente. Não há dúvidas! Esta é uma obra que dará grandes resultados para o futuro.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 votos contra do grupo do PSD e com apresentação de declaração de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º14	Intervenção do Público
-------------------------	-------------------------------

Não houve intervenção do público presente.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 21h49m, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente

Catarina Aurora Rodrigues Mira

Catarina Aurora Rodrigues Mira
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

António Nabeiro

António Nabeiro
2.º Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “5” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 30/12/2022

(“Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2023”)

O Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável apresentado pelo Executivo PS tem a pretensão de ser um documento estrutural e transversal na execução das políticas de fixação da população, seu rejuvenescimento e solidariedade social.

Vivemos, na atualidade, uma conjuntura extremamente difícil para os cidadãos e as famílias de todo o mundo, particularmente os mais carenciados, os vulneráveis e os marginalizados.

Em Portugal o nível de pobreza atingiu, de acordo com os últimos dados, cerca de quatro milhões de pessoas.

Se excluirmos a Eslováquia, Portugal apresenta-se como o Estado-membro da União Europeia com maior aumento dos níveis de desigualdades de rendimento, face ao inquérito anterior.

Confrontamo-nos, hoje, com um índice de inflação dos mais altos dos últimos trinta anos, com o aumento generalizado do custo de vida, com custos galopantes nos bens de primeira necessidade, na energia e nas matérias-primas, com o aumento preocupante das taxas de juro, e com o não acompanhamento da atualização dos salários em face do aumento generalizado dos preços.

Na concreta situação do concelho de Melgaço, e de acordo com os dados do INE, do ano de 2019 (reportadamente a 31/12), é factual que as pessoas têm perdido, ao longo dos anos, poder de compra, encontrando-se o nosso concelho na cauda do distrito de Viana do Castelo, existindo um só Município (Celorico de Basto) que no contexto dos 24 Municípios do Minho está atrás de nós.

Nos tempos que atualmente se vivenciam, precisamos, pois, mais do que nunca, de um Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável que constitua uma âncora e um refúgio para todos aqueles que se encontram numa situação social e económica mais desfavorecida ou fragilizada. Ora,

No PDSS proposto pelo PS para 2023, para além de não se vislumbrar um aumento dos apoios, na sua expressão numérica, reproduz-se, praticamente, o aprovado em anos anteriores, com a única exceção dos apoios financeiros

aos produtores pecuários, sendo esta também uma reivindicação dos eleitos pelos PSD, que chegaram a apresentar uma proposta de Regulamento nesta matéria em reunião da Câmara Municipal.

E a verdade é que os números do PDSS relativos aos últimos anos apenas atestam a total falência das políticas preconizadas pelo executivo PS nesta matéria.

Exemplificamos com os incentivos à natalidade/adoção, que diminuíram, de 2008 para 2022, para menos de metade (passando de 59 para 29, e de 31.500,00 €uros para 15.000,00 €uros), com os apoios no domínio da saúde (que foram em número de 7 em 2022, perfeitamente residuais), com os apoios ao arrendamento, ao crédito à habitação e aos casais jovens (que foram zero em 2022. De resto, no total dos últimos 14 anos - 2009 a 2022 - em 10 anos houve zero apoios, e nos restantes 4 anos um apoio em cada ano), e com a atribuição de auxílios económicos (que decresceu de 108 no ano escolar 2008/2009 para apenas 58 no de 2021/2022).

Se queremos que o PDSS seja uma “bússola” orientadora na leitura das políticas de fixação da população, seu rejuvenescimento e solidariedade social, consideramos que importa ponderar e refletir acerca da suficiência e da adequação das medidas nele preconizadas.

Entendemos que um tal plano, contemplando medidas de política social, fiscal e económica, deveria ser mais inovador, pragmático, diferenciador, e impactante, com reflexos claros e efetivos na vida e na carteira dos Melgacenses, o que até hoje não vemos acontecer.

Não concebemos como se pode gastar com apoios às famílias e aos mais carenciados, designadamente com incentivos à natalidade, bens de primeira necessidade, no domínio da saúde, na rede solidária do medicamento, no apoio ao arrendamento e à habitação, nos incentivos à formação, na atribuição de auxílios económicos, e no apoio aos casais jovens, no ano de 2022, um total de (tão somente) 72.325,83 €uros, sensivelmente o mesmo que se gasta, anualmente, e apenas para utilizar um termo comparativo, com o MDoc ou Festival do Cinema.

Defendemos, também, a fixação da taxa de IMI no mínimo legal, de 0,30%, por entendermos que todos os cêntimos e euros contam, na difícil missão de revitalizar a construção e fixar os mais jovens no território.

Preconizamos que o Município deveria devolver aos Melgacenses, no todo ou em parte, como o fazem praticamente todos os Municípios do Alto Minho, a participação, de 5%, que recebe no IRS de todos nós, residentes.

E entendemos que nos assiste absoluta legitimidade nesta defesa, não só no sentido de criar incentivos ao rejuvenescimento e fixação da população, e de injetar dinheiro (através do consumo) no comércio local, mas também porque a receita fiscal do Município tem crescido consideravelmente, passando, com o IMI, de 449.201,35

€uros em 2008 para 1.038.951,30 €uros no de 2022 (um aumento de 231%), e com o IRS de 123.905,00 €uros em 2009 para 227.110,00 €uros em 2022 (uma subida de 183%), adquirindo, desta forma, o Município, uma maior capacidade financeira para poder incrementar os apoios concedidos.

Para além do que se deixou dito, alguns dos apoios concedidos não contemplam os agregados familiares residentes no concelho há menos de dois anos, período em que quem decide fixar-se no concelho mais necessitado estará.

Somos contra a majoração de 30% no IMI aplicável aos prédios degradados, por se revelar persecutório e ter um efeito penalizador.

Não obstante o exposto, o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável contém algumas medidas que, se bem que avulsas e de parca expressão numérica, são importantes no apoio aos cidadãos e às famílias, razão pela qual o nosso sentido de voto passa, nesta matéria, pela abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “9” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 30/12/2022

(“Lista de Prédios degradados no concelho de Melgaço para o ano de 2022, bem como aprovação da respetiva majoração do IMI a aplicar”)

Perante a faculdade expressa no artigo 112º, nº 8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (“CIMI”) o Executivo PS de Melgaço escolheu, mais uma vez, majorar, e pelo máximo legalmente previsto (de 30%), a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados.

Entendemos que esta medida não tem contribuído, positivamente, para a reabilitação do nosso parque habitacional e para a recuperação das construções em geral, e que mais do que não surtir efeito útil se tem revelado, até, contraproducente.

A atestar o que dizemos está o facto de a lista de prédios degradados aumentar de ano para ano, passando de 54 no de 2008 para 354 no de 2022, uma subida (percentual) de 655,56%.

De 2021 para 2022 saíram da lista, por reabilitação, apenas 2 prédios, mas entraram 18, o que dá um saldo negativo na ordem dos 80%.

Acaso esta medida tivesse efeitos práticos certamente que o Município de Melgaço de tal lista não constaria, como consta (e já constava no ano anterior), com relação a um prédio, em ruínas, sito nos limites da freguesia de Paderne.

Temos por certo que o Executivo PS se não incomodará com esta inclusão, pois também neste caso o “crime” compensa, porquanto majora o IMI dos prédios de que é comproprietário mas acaba, depois, por arrecadar, nos seus cofres, este imposto agravado.

Não podemos deixar de relevar, porém, o desprimor, e vexame, para o Município, que, ao mesmo tempo que aprova uma tal majoração no IMI acaba por não dar o exemplo na reabilitação.

Entendemos, também, que esta medida contém um cariz, para além de vexatório, e de sentido pejorativo, persecutório, castrante e verdadeiramente penalizador das pessoas e famílias proprietárias de tais imóveis.

Dizer, finalmente, que esta medida é cega e potencialmente injusta. Cega porque não atende à realidade socioeconómica do território e porque tanto ataca ricos como pobres, penalizando quem menos tem (não nos devendo esquecer, a este nível, que a atual carestia dos materiais na área da construção civil, com um aumento médio na ordem dos 30%, dificulta, sobremaneira, a concretização de intervenções neste campo). Potencialmente injusta porque não olha ao caso concreto e às causas ou razões da não reabilitação, que poderão passar pela falta de meios financeiros das famílias, como poderão passar pelo impasse na efetivação de partilhas e adjudicação de bens de heranças a pessoas que podem estar desavindas ou simplesmente ausentes.

O nosso posicionamento é, antes, como sabido, no sentido da opção pela criação de verdadeiros e efetivos incentivos e apoios à reconstrução, reabilitação e regeneração urbana.

É, em função do exposto, o nosso sentido de voto no que respeita à proposta majoração (contra).

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO
QUANTO AO ASSUNTO Nº “12” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE
30/12/2022**

(“Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2023”)

A contração de empréstimos de curto prazo colhe enquadramento legal no artigo 50º, nº 2, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pelo que em causa não está (como não poderia estar) a legalidade do recurso a esta forma de financiamento.

Aquando da nossa intervenção nesta matéria já antevíamos, quanto à fundamentação da proposta, que nos iria ser respondido que um tal empréstimo se destina a fazer face a constrangimentos de tesouraria, tendo como justificação a sazonalidade da receita e os picos dos meios de caixa disponíveis em cada momento, comparativamente com os montantes para pagamento exigíveis em igual período.

Dizer que a sazonalidade da receita é, para os eleitos pelo PSD, um falso argumento, por já se encontrar previamente determinado o período temporal em que o recebimento de verbas irá ter lugar, trate-se de transferências do Orçamento de Estado, de fundos comunitários ou de receitas próprias (como sejam as do IMI e as das rendas das eólicas).

Não nos podemos esquecer, por outro lado, que o Orçamento para o ano de 2023, submetido a discussão e aprovado na mesma Assembleia Municipal, prevê a realização da despesa, não só corrente como de capital (com obras, projetos e investimentos que tem cadernos de encargos e cronogramas financeiros e temporais antecipadamente delineados), assim como prevê a obtenção da receita necessária para lhes fazer face.

Vemos, por outro lado, pelo mapa com o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, que estas últimas superavam, em 16/12/2022, os 4.200.000,00 Euros, um claro indício de que a Câmara Municipal de Melgaço, que não se destaca por pagar a tempo e horas, utiliza estas dilações temporais (entre o vencimento das faturas e a realização dos pagamentos) como forma de melhor gerir a liquidez e as suas disponibilidades de caixa.

Na informação interna distribuída neste ponto não constam identificadas as concretas finalidades, enquanto projetos ou realizações, a que estes 750.000,00 Euros se destinam, o que se impunha acontecer.

Colocamos, na nossa intervenção, várias questões ao senhor Presidente da Câmara, que optou, na resposta, estrategicamente, diga-se, por usar um discurso inflamado, acabando por ver frustradas as nossas expetativas de que aquelas fossem respondidas de forma efetiva.

Tendo presente, porém, que este tipo de financiamento pode ajudar, na falta de melhor planeamento e execução do orçamentado, a atividade do executivo camarário, o nosso sentido de voto não é contra, passando, antes, e pelo exposto, pela abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “13” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 30/12/2022

(“Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023”)

Estamos perante o maior orçamento, em termos de números, apresentado neste Município.

Dito desta forma, e sem uma visão mais distante e esclarecida, qualquer munícipe pensará que nos saiu a sorte grande.

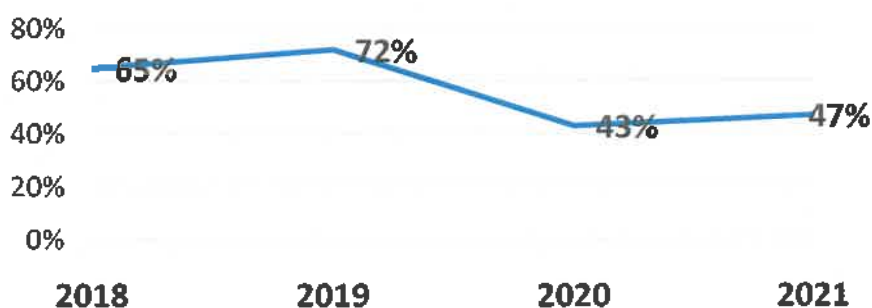
Mas depois, se nos afastarmos destes *soundbytes*, e dos títulos dos jornais, analisando melhor, vemos que:

* Nos últimos 4 anos o grau de execução da componente de investimentos se ficou pelos 56,7% de média;

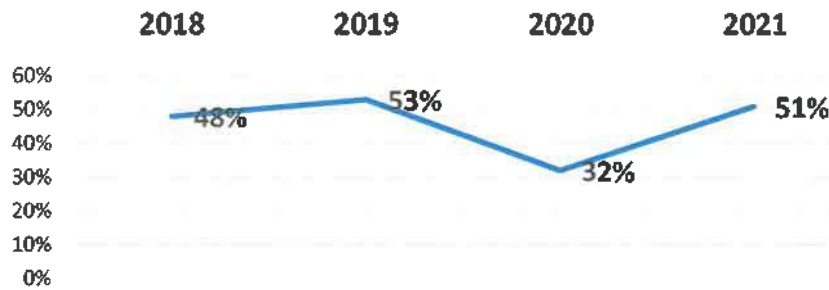
* E nos dois últimos anos andou nos 45%;

* Que a receita de capital se ficou nuns parcos 46% e que há obras que se arrastam nestes orçamentos e não saem do papel.

Despesa de Capital - Investimento



Execução Receita Capital



Repare-se que nestes anos passados a componente da despesa fixa não pára de aumentar e que, a prazo, a conta irá aparecer e alguém terá de a pagar.

É bom que haja um orçamento grande, e que seja ambicioso, mas não só na sua elaboração, mas também, e principalmente, na sua execução e na estratégia que o mesmo incorpora, assim como um orçamento equilibrado entre despesa corrente e despesa de capital, e um orçamento mais agressivo na dinamização económica e no aproveitamento das oportunidades.

Serve como exemplo a nova Zona Empresarial de Alvaredo. É que a este ritmo demorará mais de 6 anos a concretizar.

Em 6 anos o mundo muda e nenhuma empresa ou investidor espera 6 anos para se estabelecer.

Queremos um orçamento mais agressivo na promoção do território. As campanhas de dinamização e promoção do município que existiram no passado (“Discover Melgaço”, “Viver em Melgaço”, etc...) parecem-nos completamente paradas.

Defendemos um orçamento mais agressivo na captação de novos residentes, aproveitando os novos fluxos migratórios, bem como no apoio à construção de mais habitação, flexibilizando regras, abolindo taxas e impostos.

Em suma, teremos um orçamento maior, mas semelhante ao de anos anteriores nas escolhas que faz, sem nenhum rasgo de criatividade ou novas ideias.

E por este caminho continuaremos a ter, infelizmente, graus de execução baixos, prometendo 32 milhões e executando, talvez, e a correr bem, uns 20 milhões.

É pelo exposto o nosso voto contra.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

**Assunto n.º 5 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2022:
"Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o
ano de 2023"**

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) é o documento que define as principais políticas sociais do Município, em particular as destinadas à promoção da solidariedade social e à correção das desigualdades sociais, servindo reflexamente o propósito de fixação da população e combate ao decréscimo da densidade populacional.

O PDSS em análise, aprovado inicialmente em 2008, tem vindo a ser objeto de adaptação e evolução de acordo com a nova realidade social, ajustando as suas medidas ao longo do tempo de molde a combater as situações de carência social e incentivar as políticas de natalidade e fixação populacional, em particular nos domínios da assistência social, educação, saúde e habitação.

Como medida inovadora no PDSS foi introduzido o apoio financeiro aos produtos pecuários, quer ao nível da subvenção direta aos produtores, quer através de isenções fiscais associadas aos estabelecimentos afetos à atividade pecuniária.

Em matéria de habitação, o PDSS não só mantém, como reforça um conjunto de apoios à habitação, das quais se destacam as seguintes:

- Isenção de taxas de edificação para construção e reabilitação de prédios destinados a primeira habitação própria, para jovens ou casais até aos 40 anos.
- Habitação social (17 habitações sociais arrendadas em regime de renda apoiada).
- Apoio às famílias carenciadas: isenção de taxas de licenciamento, elaboração gratuita do projeto de execução e pagamento de materiais e mão-de-obra.
- Apoio ao arrendamento e no crédito à habitação.
- Minoração da taxa de IMI em função do n.º de dependentes e para prédios arrendados (20%).
- Isenção de IMI até 10 anos para prédios reabilitados e arrendados.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

- Isenção de IMI até 10 anos e isenção de IMT para a construção e reabilitação de edifícios multifamiliares.

Tudo isto em acréscimo aos incentivos previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais e nos programas nacionais de incentivo à habitação, tais como o IFRUU, Reabilitar para Arrendar, Programa de Arrendamento Acessível ou o 1.º Direito.

Sabendo-se que a habitação é um direito fundamental, constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual se constroem as condições para aceder a outros direitos, como a educação, a saúde ou o emprego, cabe aos Municípios um papel fundamental na definição das políticas de habitação e na eliminação das carências habitacionais.

Por conseguinte, porque o PDSS estabelece uma visão estratégica para as políticas sociais e de desenvolvimento económico do Município, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota a favor do PDSS para 2023.

Melgaço, 30 de dezembro de 2022

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

**Assunto n.º 9 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2022:
“Presente informação da lista de prédios degradados no concelho de Melgaço para o
ano de 2022, bem como aprovação da respetiva majoração do IMI a aplicar”**

O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) estipula que cabe aos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo aos prédios urbanos, consagrando adicionalmente a possibilidade de majorar até 30% a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tal aqueles que face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

A lista de prédios urbanos degradados correspondente ao levantamento efetuado pelos serviços da Câmara Municipal faz um elenco exaustivo e detalhado da identificação dos prédios, da sua localização, do seu estado de conservação / degradação e dos seus proprietários, enquanto sujeitos passivos do dito imposto.

Por outro lado, o registo fotográfico efetuado permite avaliar o estado de conservação dos prédios cadastrados, nomeadamente quanto ao risco de desabamento, insalubridade e degradação estrutural, entre outros.

É nossa convicção que a faculdade prevista no art.º 112.º do CIMI, no sentido de os municípios poderem majorar até 30% a taxa de IMI aplicável aos prédios degradados, é uma medida eficaz de racionalidade fiscal, porquanto penaliza os proprietários que deixam degradar os seus prédios – o que constitui risco para a segurança das pessoas, a saúde e a salubridade públicas. Mas sobretudo porque constitui um meio de incentivo fiscal para que os proprietários de prédios degradados os reabilitem, para habitação própria ou para os colocar no mercado do arrendamento.

Por isso, esta medida, juntamente com outras que o município vem adotando progressivamente em matéria de políticas de desenvolvimento económico e social, constituem iniciativas eficazes na política de habitação do concelho, e embora se reconheça



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

que a via fiscal é por si só insuficiente, trata-se de uma medida equilibrada no caminho que o município vem fazendo em termos de consolidação da política de reabilitação e de habitação.

Do que vem exposto, em síntese, o motivo do voto a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Melgaço, 30 de dezembro de 2022

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 12 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2022: “Análise e deliberação da proposta de contração de empréstimo de curto prazo até ao montante de 750.000,00€”

A Lei nº 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) prevê o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria.

Este financiamento a curto prazo também não é relevante para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terá de ser integralmente amortizado.

Neste contexto depois de aferir os meios necessários para uma boa gestão de tesouraria, no presente ano económico (2023), e prevendo que, dada a execução de projetos financiados por fundos comunitários, poderá ser necessário estabilizar os saldos do orçamento de tesouraria, o executivo propõe a contração do presente empréstimo de 750.000,00€.

Concordando com a fundamentação apresentada, para a contração do referido empréstimo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta apresentada à Assembleia Municipal

Melgaço, 30 de Dezembro de 2023

Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 13 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2022: “Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023”

O Plano e Orçamento para 2023, apresentado pelo executivo, ascende a 32,5 milhões de euros, sendo mais de 15 milhões para investimento, com a grande fatia a ir para as Áreas de Acolhimento Empresarial, representando perto de 5,5 milhões de euros.

A Habitação representa a segunda grande aposta do executivo para o ano de 2023: 4,67% do orçamento, num total de cerca de 1,5 milhões de euros. Seguem-se os Equipamentos Desportivos e de Lazer com 4,23% do investimento; a Manutenção da Rede Viária Municipal – 3,98%; os Equipamentos Culturais – 2,83%; o Abastecimento de Água – 2,34%; e Rede de Infraestruturas Elétricas – 2,13%.

Num momento em que famílias, empresas e Estado enfrentam uma conjuntura volátil, vincadamente marcada pela invasão russa da Ucrânia e após dois anos severamente afetados pela pandemia COVID-19, a proposta apresentada oferece estabilidade, confiança e compromisso.

Continua-se a apostar num conjunto de iniciativas assentes na estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho e de melhoria da qualidade de vida para quem nele habita.

O presente documento demonstra que Melgaço é um verdadeiro território de Igualdade de Oportunidades para Todos, sem deixar ninguém para trás e com prioridades claras, designadamente na Habitação, na Sustentabilidade Ambiental, no Turismo, no Desenvolvimento Social, no Industrial, na



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

concretização da Transferência de Competências para as Autarquias Locais, na Coesão Territorial, na Cultura, no Desporto e na Juventude.

Destaque, também, para o reforço de verbas para as Freguesias, o que reforça a intenção do executivo em continuar a trabalhar, numa estreita parceria, com as Juntas de Freguesia, parceria essa que, ao longo dos anos, tem trazido desenvolvimento a toda a área do Concelho.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista salienta também, que, tal como vem acontecendo nos anos anteriores, a gestão orçamental continuará a pautar-se por elevados níveis de rigor, transparência e exigência, essenciais ao cumprimento das metas que inicialmente são propostas.

Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.

Melgaço, 30 de Dezembro de 2023

Grupo Municipal do Partido Socialista